

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

O COMPROMISSO DE FIDELIDADE ASSUMIDO PELO TRADUTOR:
CONTRADIÇÕES ENTRE O *DECLARAR* E O *DESCREVER* NOS PREFÁCIOS DAS
EDIÇÕES BILÍNGÜES

Olivia A. Niemeyer dos Santos

Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni

Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Lingüística Aplicada.

Campinas - 1998

UNIVERSIDADE... BC
 N.º... 33611
 FICHA... 395/58
 R\$... 11,00
 18/04/58
 N.º...

CM-00109886-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
 BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Sa59c Santos, Olivia Augusta Niemeyer

O compromisso de fidelidade assumido pelo tradutor: contradições entre o "declarar" e o "descrever" nos prefácios das edições bilingues / Olivia Augusta Niemeyer Santos. -- Campinas, SP: [s.n.], 1998.

Orientador: Paulo Ottoni
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tradução e interpretação 2. Derrida, Jacques, 1930- 3. Paradoxo. I. Ottoni, Paulo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar é a redação final da tese.

defendida por Olivia Augusta

Neumeier das Santes

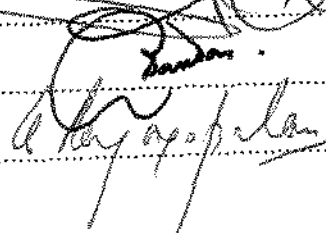
e aprovada pela Comissão Julgadora em

29/01/98.

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottone

COMISSÃO JULGADORA





Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Ottoni, pela atenção, apoio e carinho que sempre me proporcionou.

Agradeço aos Professores Doutores Luís Dantas e Kanavillil Rajagopalan, pelas críticas pontuais e sugestões valiosas por ocasião do exame de qualificação.

Agradeço à Professora Doutora Rosemary Arrojo por ter me iniciado nos descaminhos da desconstrução.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro de 1996 a 1998.

Agradeço aos meus professores do Instituto de Estudos de Linguagem pelo estímulo e pela formação teórica recebida, e se não cito um por um, não é “por omissão nem por presunção de independência. Mas para não fragmentar a dívida e para a pressupor, a cada instante, na sua totalidade”

RESUMO

O distanciamento entre as *declarações* de fidelidade dos tradutores e suas *descrições* das infidelidades inevitáveis ocasionadas pelo ato de traduzir constitui o tema desta dissertação. Ao comentarem ou justificarem seu trabalho em prefácios, introduções e notas de rodapé de edições bilíngües, os tradutores revelam a tensão entre o desejo de fidelidade ao original e a impossibilidade de realizar esse desejo. As *declarações* dos tradutores denotam o anseio por um significado transcendental que sobreviva às transformações do ato tradutório; por outro lado, as *descrições* e outras *declarações* contraditórias restituem ao texto seu caráter contingente, de acontecimento localizado no tempo e no espaço. A situação paradoxal criada pelas contradições nos prefácios abala os conceitos tradicionais dos estudos de tradução e constituem um ponto de aporia por onde é possível problematizar a questão da fidelidade.

Para as teorias tradicionais, baseadas na *possibilidade* e, conseqüentemente, no *dever* de fidelidade a uma mensagem presente no texto, as qualidades e a importância do original são tomadas aprioristicamente, o que coloca a tradução numa posição secundária e servil, rebaixando os tradutores à condição de parasitas do autor. Dessa forma, a análise do que dizem os próprios tradutores sobre seu trabalho é particularmente significativa, pois as contradições revelam que os tradutores, mesmo de forma velada, resistem às teorias tradutórias que simplificam a questão da fidelidade. O jogo duplo de fidelidade/infidelidade, que transparece nas declarações conflitantes dos tradutores, é constitutivo do processo tradutório, pois o texto traduzido relaciona-se intimamente com o original por modificá-lo.

SUMMARY

This thesis confronts express statements of translator fidelity with descriptions of the inevitable lack of fidelity resulting in actual translation. In comments and justifications for their work found in prefaces, introductions, and footnotes of bilingual editions, translators betray the tension between attempts to be true to the original and the impossibility of so doing. Such statements of translators reveal a search for a transcendental meaning which will survive the transformations wrought by the act of translation; on the other hand, the incompatibility of these statements with the descriptions of actual translations reaffirm the dependent nature of the text, a localized happening in time and place. The paradoxical situation created by such contradictions leads to the questioning of traditional concepts of translation studies and hence the issue of fidelity.

For traditional theories, based on the possibility of achieving fidelity to the message present in the original text, and consequently an obligation to do so, the value and importance of this original are taken for granted, leaving the translation in a secondary and rather inferior position and reducing the translator to a mere parasite of the author. The analysis of what translators say about their own work is thus especially significant, since the contradictions reveal that translators resist translation theories which simplify the question of fidelity, even though this objection may be expressed covertly. The tension between fidelity/infidelity which appears in the conflicting statements of translators is constitutive of the process of translation, since in modifying the original, the translated text is intimately related to it.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	p.7
-----------------	-----

I. A QUESTÃO DA FIDELIDADE

1. Duas vertentes teóricas nos estudos de tradução.....	p.11
2.As edições bilingües.....	p.24

II. DECLARAR E DESCREVER

1. Rousseau por Derrida: a leitura desconstrutivista do Essai.....	p.31
2. Os prefácios das edições bilingües	p.42
a) O original preservado e modificado	p.43
b) O ato tradutório amoroso e subversivo.....	p.52
c) A relação amor/ódio com a língua materna.....	p.62

III. POR QUE É NECESSÁRIO DECLARAR-SE FIEL ?

1. “Traduttore traditore”.....	p.73
2. Os prefácios mais recentes	p.81

IV. A QUESTÃO DA FIDELIDADE SOB NOVAS PERSPECTIVAS

1. O <i>double bind</i> e o ato tradutório.....	p.97
2.A relação entre original e tradução na visão pós-estruturalista...p.100	

CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.108
----------------------------	-------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.111
----------------------------------	-------

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o compromisso de fidelidade assumido pelo tradutor a partir de prefácios de edições bilíngües, considerados aqui local privilegiado para esse estudo. Nas edições bilíngües, os tradutores, por não serem indiferentes à presença do original ao lado de sua tradução, tendem a comentar e justificar suas escolhas em prefácios, introduções e notas de rodapé, desvendando assim os pressupostos que embasam sua tarefa. Esses textos, tradicionalmente desprestigiados e relegados à margem do livro pela cultura ocidental, revelaram-se instrumentos de maior importância numa análise, pois deflagram o que ficou impensado e censurado por toda uma época. Assim, os comentários nos textos que acompanham o livro são particularmente relevantes para a compreensão do que seja traduzir para o próprio tradutor e quais as bases teóricas que presidem sua tarefa.

Inspirada pela análise de Jacques Derrida do deslocamento entre as *declarações* e as *descrições* contraditórias no *Essais sur l'origine des langues* de Jean-Jacques Rousseau, pretendo apreciar esse mesmo deslocamento em prefácios, introduções e notas de rodapé de edições bilíngües. Os tradutores, embasados por teorias tradicionais de cunho lingüístico-estrutural, colocam-se numa posição paradoxal: por um lado, *descrevem* as inúmeras e inevitáveis apropriações do original, assumindo, de forma velada e indesejada, a autoria do texto de chegada; por outro lado, impossibilitados teoricamente de assumir essa posição autoral, *declaram* sua fidelidade a uma origem pura e às intenções do autor. Os prefácios, portanto, colocam em foco o anseio de fidelidade do

tradutor (*declaração*) e o que ele efetivamente realiza no ato tradutório (*descrição*). A posição contraditória dos tradutores, divididos entre recuperação e apropriação, ameaça o próprio conceito de fidelidade e problematiza a polaridade na qual esse conceito se estabelece e se sustenta. A reflexão teórica pós-estruturalista possibilita o gesto duplo de abalar os conceitos dicotômicos e hierarquizantes das teorias tradicionais, cuidando de não reinscrevê-las, na forma inversa, na própria questão que se quer desconstruir. Assim, o jogo entre *declaração* e *descrição* atravessa ambos os lados da dicotomia fidelidade/infidelidade, abrindo novos caminhos para a apreciação da questão tradutória.

O primeiro capítulo analisa a questão da fidelidade sob duas visões: a tradicional, baseada na *possibilidade* e, conseqüentemente, no *dever* de fidelidade do tradutor; e a pós-estruturalista, que problematiza essa possibilidade e esse dever e redimensiona a questão da fidelidade. Esse capítulo comenta, também, como as edições bilingües se apresentam e revelam os objetivos declarados pelos tradutores.

O segundo capítulo analisa a leitura desconstrutivista do *Essai sur l'origine des langues* e comenta, em detalhe, as *declarações* e *descrições* contraditórias dos tradutores, nos prefácios das edições bilingües, assim como os pressupostos que possibilitaram tais contradições. As *declarações* pretendem a volta idealizada à origem simples, a recuperação do querer dizer do autor, a neutralidade do ato tradutório. As *descrições* anunciam o afastamento dessa origem, o acidental, a visibilidade do tradutor. É necessário observar que as contradições apontadas não têm somente uma conotação negativa ou improdutiva; pelo contrário, as contradições constroem negando, dispersando, problematizando, uma vez que se opõem à certeza e à segurança de conceitos estabelecidos.

O terceiro capítulo procura responder à questão “por que é necessário declarar-se fiel?”, a partir de algumas considerações filosóficas e psicanalíticas. A análise dos prefácios mais recentes aprecia a emergência das idéias pós-estruturalistas e como essas idéias se articulam com os estudos de tradução. O discurso teórico que, durante séculos, limitou o desenvolvimento dos estudos de tradução irá sofrer uma transformação gradual, porém instigante, criando propostas inovadoras e reflexões interdisciplinares.

No quarto capítulo, examino a questão da fidelidade sob novas perspectivas, afastando-me de conceitos teóricos voltados para a origem e presença de uma mensagem no texto de partida. O compromisso assumido pelo tradutor perante o autor, o editor e seus leitores, será analisado a partir de uma visão pós-estruturalista.

A reflexão desconstrutivista colabora com as teorias pós-estruturalistas ampliando e renovando os estudos tradutórios, embora seu objetivo não seja oferecer teorias e sim examinar os fundamentos culturais do ocidente, tanto clássicos quanto modernos ou pós-modernos. Certas noções criadas e difundidas por Derrida, como o *double bind*, são pertinentes e esclarecedoras para renovar a análise da questão da fidelidade. Assim, no capítulo final, examinarei o *double bind* atuando nas declarações contraditórias dos tradutores e transformando os prefácios numa fonte rica de conhecimentos teóricos.

A apresentação bilíngüe retoma as contradições apontadas nos prefácios, pois as relações que se estabelecem entre os dois textos repetem as relações ambíguas entre *declarar* e *descrever*. Nunca saberemos ao certo se, para o leitor, a apresentação do texto de partida, ao lado da tradução, autoriza as *declarações* de fidelidade do tradutor ou se reforça as suas *descrições* da infidelidade. A página ao lado representa, portanto, um

momento da linguagem trabalhando o original, diferindo e deslocando a possibilidade de captar com fidelidade as intenções originárias projetadas pelo autor.

De um modo geral, este trabalho procura demonstrar que o jogo duplo de fidelidade e infidelidade não anula ou diminui a dignidade do tradutor; ao contrário, as contradições analisadas ampliam o campo teórico, dinamizando a questão da fidelidade e explicitando o que significa traduzir, na nossa cultura, partindo das considerações dos próprios tradutores.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA FIDELIDADE

1. Duas vertentes teóricas nos estudos de tradução

O confronto entre original e tradução, facilitado numa edição bilingüe, pode ser considerado um gatilho para se analisar a questão da fidelidade do tradutor. Alguns teóricos da tradução incluem, em seus livros, a comparação entre um texto de partida e uma ou duas traduções e, a partir dessas comparações, tecem comentários sobre a questão da fidelidade¹.

Até o momento, não encontrei ensaios ou artigos sobre edições bilingües, somente breves referências a esse tópico. A ausência de reflexão teórica, pode-se dizer, não se justifica por uma eventual falta de importância ou de interesse por parte das editoras ou do público leitor. No Brasil, a edição bilingüe é prestigiada e escolhida quando se quer homenagear um autor ou comemorar uma data especial com uma edição diferenciada. Como exemplo, destaco as edições bilingües: *Poetas Norte-Americanos* (Vizioli, 1974), que comemora o Bicentenário da Independência dos Estados Unidos; *Poesias de Anchieta* (1954), celebrando o IV Centenário da cidade de São Paulo; *O pequeno Zacarias chamado Cinábrio* (Hoffmann, 1994), marco dos 170 anos da imigração alemã no Brasil.

¹ Por exemplo, em Arrojo, 1986, pp.67-68; Milton, 1993, pp.92-97; Laranjeira, 1993, pp.128-147; Rónai, 1976, capítulos 3 a 6; Paes, 1990, p.99.

George Steiner (1975) faz referência às edições bilingües citando o *Journal and Letters of Stephen MacKenna*, datado de 1919. Segundo MacKenna:

nada favorece mais os clássicos do que traduções soberbamente livres - respaldadas, naturalmente, pelo mais sólido conhecimento - acompanhadas do texto preciso. O original fornece o corretivo ou a garantia; o leitor, acho eu, compreende melhor a profundidade do seu grego ou latim numa versão livre - novamente penso numa liberdade virtuosa, uma liberdade baseada rigidamente na preservação (apud Steiner, p.268)².

Carol Maier (1989) considera que uma edição bilingüe torna a leitura mais abrangente. Comentando a pluralidade da edição antológica de poemas sul-americanos por Agosin e Franzen, a autora acrescenta: “Infelizmente, entretanto, ao mesmo tempo, também atenua a pluralidade, porque o livro não é bilingüe e os poemas estão totalmente dependentes da versão em inglês” (p.639-640). No entanto, continua Maier, alguns autores defendem a omissão do original. Borges, segundo ela, não aprecia as edições bilingües, porque trabalham contra o tradutor, “que é levado a uma versão mais literal, pelo medo da inevitável comparação entre original e tradução” (apud Maier, p. 646, nota 16).

Paulo Rónai (1976) discorre brevemente sobre as edições bilingües de textos poéticos, elencando algumas tomadas de posições de teóricos da tradução em relação à pertinência desse tipo de edições. O autor constata, por exemplo, que para Stanley Burnshaw, essa seria a única maneira aceitável de transpor textos poéticos. Uma tradução inglesa deve ter ao lado o original, para que possa transparecer o seu caráter “visceralmente francês, italiano, espanhol ou alemão” (p. 97).

² Essa e demais traduções das citações são minhas, exceto as indicadas nas referências bibliográficas.

Dois outros teóricos citados por Rónai colocam-se decididamente contra essa solução. Para William Jay Smith, a edição bilíngüe acaba por levar os leitores a tomar a tradução como burro do original. Jackson Mathews alega que a situação de contraponto põe em questão a vida própria, a autonomia da tradução. Entretanto, chama a atenção para o fato de que: “não reproduzindo o original, dá o tradutor a impressão de temer o confronto” (p.97).

Quanto à sua posição em relação às edições bilíngües, Rónai sugere:

Pessoalmente, simpatizo com a tradução acompanhada de original, quando ela tenta conservar os valores sonoros e rítmicos da poesia, mas não consigo saboreá-la quando, de caso pensado, o tradutor abriu mão desses elementos. Em tal caso, o tradutor, muitas vezes, parece intencionalmente recalcar, para ser conseqüente, as próprias rimas que se lhe imporiam de modo natural (p. 97).

Numa edição bilíngüe, pode-se concluir, a presença do original ao lado da tradução é sentida pelos tradutores como uma espécie de testemunha “ocular” - de defesa de sua fidelidade ou de acusação de sua traição. Por outro lado, se o leitor não tem acesso ao original, a tradução constitui o único ponto de partida para a leitura, impedindo a produção de significados que seriam pertinentes somente a partir do original ou da comparação entre os dois textos.

Há casos extremos em que o tradutor, ciente de que a comparação com o original é difícil ou inacessível, toma excessiva liberdade no seu trabalho. Ofélia de Carvalho Barbosa (1974) afirma que as traduções de Byron por Francisco Otaviano são “escandalosamente” infiéis: “os decassílabos de Otaviano são belos e sonoros, mas não

correspondem de forma alguma aos octossílabos de Byron, talvez justamente por serem belos e sonoros” (p.132). A autora continua:

Otaviano transforma Byron num autêntico representante do Romantismo brasileiro, certamente bem mais choroso e sentimental que o inglês [...]. Nota-se na estrofe 4 como “my father” é “meu *velho* pai”, “a mother”, “minha *pobre* mãe”, cujas faces estão molhadas por uma “lágrima triste” que não consta do original. Na versão brasileira, o pai do pequeno pagem dá a bênção “em prantos” (“fervently” no texto inglês), e “com toda a angústia do momento extremo”, conquanto em inglês ele “did not much complain”.[...] A separação é bem mais melodramática na versão brasileira: “But thinking on an absent wife” passa a ser “Mas deixar minha esposa e meus *filhinhos*?”; e “What answer shall she made?” é reproduzido como “Que lhes dirá a *pobre abandonada*?” (p. 137).

Podemos observar, segundo Barbosa, que Otaviano não foi fiel ao original, mas sim aos leitores brasileiros da sua época, sedentos por esse tipo de Romantismo extremado. A autora comenta: “Falta de conhecimento de inglês? Negligência? Nem uma coisa, nem outra, parece-nos; mas, simples manifestações de byronismo brasileiro” (p. 140). Uma edição bilíngüe, nesse caso, deflagraria a fidelidade do tradutor ao seu público e a sua não-invisibilidade. Toda tradução, tendo ou não o original ao lado, constitui-se sempre como interpretação do texto de partida, sendo, portanto, sempre “infel” a uma suposta mensagem presente na origem do texto. A edição bilíngüe torna essa “infidelidade” aparente aos olhos de um leitor crítico. No caso em pauta, como comenta Barbosa, há uma “infidelidade escandalosa”, ou seja, houve uma recriação explícita dos poemas de Byron

por parte de Otaviano, o que o coloca ao lado de Pound ou dos irmãos Campos, tradutores que assumem seu trabalho como recriação modificadora do original.

Francis Aubert (1987) aponta que dentre as cinco traduções em português dos poemas de Emily Dickinson, somente a de Manuel Bandeira não é bilíngüe e conclui: “o fato de Bandeira não incluir o original inglês [...] já constitui um indício de que seu projeto era incorporar alguns momentos de Emily à sua própria poesia e não revelar em língua portuguesa uma dicção desconhecida”. Segundo Aubert, os poemas traduzidos por Bandeira perdem o tom particular de Dickinson: desaparecem os travessões e as maiúsculas, títulos são acrescentados, mudam a sintaxe, o vocabulário e o ritmo. Assim, continua: “esta tradução [...] só não contém poesia dicksoniana e pertence, de fato, mais à obra de Bandeira do que à Emily em português” (p. 79).

Fazendo um contraponto ao trabalho de Bandeira, Aubert comenta que, na tradução de Augusto de Campos, as alterações, verificáveis pelo cotejo com o poema em inglês, têm o objetivo “de manter o espírito poético original”. Nesse caso, portanto, a apresentação bilíngüe dos poemas de Dickinson demonstra a fidelidade de Campos. Aubert observa essa fidelidade numa tradução “em espelho”, produzindo-se na mesma “frequência de onda poética” do original (p.88). As outras edições bilíngües dos poemas de Dickinson são, segundo Aubert, literais, explicativas. A de Mário Faustino, por exemplo, “é literal de propósito, pois seu objetivo é fornecer o significado das palavras de Emily” (p.80).

A partir desses autores, observamos que, por um lado, a presença do original é considerada positiva, uma vez que possibilita traduções soberbamente livres, servindo, ao mesmo tempo, de correção e garantia de fidelidade. O tradutor fiel mantém o caráter estrangeiro do poema, enquanto mostra que os valores formais foram preservados. Por

outro lado, a apresentação dos dois textos é considerada negativa, porque leva o leitor a utilizar a tradução somente como apoio para a leitura do original, o que exigiria uma tradução literal e explicativa. Os pontos positivos e negativos, apontados pelos teóricos, confundem-se ou anulam-se, mas, de qualquer forma, a edição que oferece ao leitor a possibilidade de comparação com o original não lhes é indiferente. Assim, os tradutores comentam e analisam suas escolhas nos prefácios e revelam, muitas vezes de forma não explícita, os fundamentos teóricos que subjazem a essas escolhas.

Nesta minha reflexão, afastando-me da tradicional análise de perdas e ganhos entre original e tradução, não pretendo fazer uma comparação entre os dois textos, mas considerar o tema da fidelidade a partir dos comentários dos tradutores ou de seus introdutores, utilizando como fios condutores prefácios, introduções e notas de rodapé.

A análise dos prefácios das edições bilíngües revelou contradições: as teorias tradicionais, admitindo a *possibilidade* e o *dever* de resgatar e transportar a mensagem presente no texto original, colocam os tradutores na situação paradoxal de terem de *declarar* sua fidelidade ao original, enquanto *descrevem* as infidelidades inevitáveis de sua tarefa. Assim, as contradições entre o que é *declarado* e o que é *descrito*, geradas pela necessidade de se dizerem leais ao autor, constituem o ponto cego, a brecha nos limites cerceadores das teorias tradicionais, por onde se pode - e se deve - problematizar o conceito de fidelidade.

Pretendo localizar essas “brechas”, apontar os pressupostos que as suportam e, assim, redimensionar o conceito de fidelidade do tradutor, afastando-o do âmbito da *possibilidade* e do *dever*. Procuro enfatizar o tema “edições bilíngües” nos estudos de tradução, focalizando principalmente a questão da fidelidade, sob uma perspectiva pós-

estruturalista, a partir dos comentários dos tradutores sobre sua tarefa em notas, prefácios e introduções. Escolhi, para este trabalho, as edições bilíngües cujos prefácios, introduções ou notas do tradutor comentam a tradução e não somente analisam o original ou apresentam dados bibliográficos sobre o autor.

Considereei duas visões fundamentais para os estudos de tradução: a visão tradicional ou estruturalista e a visão denominada pós-estruturalista. Não se trata, porém, de traçar uma nítida linha divisória entre duas reflexões teóricas. As teorias colocadas sob o rótulo de tradicionais estendem-se, como aponta Steiner (1975, p.261), por um período de dois mil anos e não são, de forma alguma, homogêneas. Paulo Ottoni (1997a) comenta:

Descartada a visão descritiva e sistemática, de base lingüística, não é fácil traçar uma linha teórica divisória e simplesmente passarmos a considerar tudo o que se faz atualmente dentro de uma concepção pós-estruturalista, em oposição ao que se fazia anteriormente, como uma possível solução às questões de tradução (p.1-2).

Segundo Ottoni, dividir em dois momentos os estudos de tradução seria uma atitude apressada e, até certo ponto, irrelevante, pois a tradução resiste a qualquer sistematização e provoca um transbordamento entre as diversas linhas teóricas, assim como entre os sistemas lingüísticos envolvidos.

A história das teorias tradutórias é um relato complexo, diversificado, contraditório e reflete as diferentes ideologias que dominaram o espaço político e social desses dois mil anos. Dessa forma, se não há somente uma história da tradução mas histórias diferentes, determinar o mínimo que essas teorias heterogêneas devem ter em comum para se reunirem sob um mesmo nome, é feito por convenção e por necessidade metodológica.

Considero primeiramente que, apesar da riqueza e diversidade dessas reflexões, há traços comuns que permitem reuni-las sob o título de tradicionais. Pairam sobre essas teorias a idéia da produção de sentido como presença; a reflexão conceptual baseada no pensamento dicotômico e hierarquizante; a nostalgia e o respeito pela origem absoluta do discurso; a crença em valores universais e estáveis que impediriam a interferência do tradutor e possibilitariam a organização da prática, do ensino e da avaliação da tradução, deixando de lado a ideologia, os interesses desses tradutores e as peculiaridades de cada sistema lingüístico. Para Douglas Robinson (1996), um aspecto recorrente da teoria tradutória “nos últimos dois mil anos” é ser insistentemente normativa. Continua Robinson:

Na verdade, teorias tradutórias não-normativas não foram tradicionalmente classificadas como teorias de tradução: Herodutus, por exemplo, discute tradução em vários pontos na sua seção sobre Egito, mas por não dizer ao tradutor como traduzir, pensa-se comumente que as teorias tradutórias iniciaram-se com Cícero, quatro séculos depois (p.1).

As teorias tradicionais privilegiam, com maior ou menor ênfase, pelo menos um desses aspectos, o que permite organizar sob o mesmo título vários trabalhos de teóricos que falam sobre tradução a partir de perspectivas diferentes.

Em segundo lugar, o que determinou a denominação “pós-estruturalista”, por oposição à “tradicional”, foi a emergência de uma nova forma de pensar, o acontecimento de uma certa transformação no pensamento ocidental que, segundo Derrida (1972), “nem podemos mais chamar de “histórica” ou “mundial” já que implica até mesmo a segurança dessas significações” (p.15-16). O desenvolvimento de uma série de discussões sobre alguns dos conceitos fundamentais do pensamento ocidental conduziu a um

questionamento, muitas vezes radical e necessário, das teorias tradutórias há tanto tempo sedimentadas na nossa cultura.

O que torna o termo “pós-estruturalismo” ainda mais inseguro e problemático é que se confunde com “pós-modernidade” e “desconstrução”, sendo, portanto, usado para catalogar os mais diversos autores. Madan Sarup (1993) exemplifica: “Na minha opinião, pós-estruturalistas como Foucault, Derrida e Lyotard são pós-modernistas” (p. 144). Karlis Racevskis (1993) esclarece o uso de “estruturalismo” como termo unificador e, citando Maria Ruegg, acrescenta que o rótulo indica não somente os que se intitularam estruturalistas (Lévi-Strauss, Barthes, Todorov), mas também os que recusaram esse rótulo (Foucault) e os que atacaram abertamente o estruturalismo (Derrida) (cf. nota 3, p.139).

Não podemos deixar de assinalar também que os teóricos tradicionais estão sendo recriados, traduzidos, pela leitura pós-estruturalista, o que, de certa forma, atualiza esses teóricos. Isso significa que a visão que analisa a transmissão das teorias tradutórias abre espaço à disseminação dos sentidos dessa tradição e problematiza ainda mais a separação nítida entre duas formas de pensar. Portanto, embora a dicotomia tradicional/pós-estruturalista possa ser utilizada com proveito, devemos ter em mente a sua problematização.

Considero, em terceiro lugar, que a estratégia de opor um discurso a outro é ocasionada pela necessidade de abalar a posição privilegiada concedida, por muito tempo, a um dos termos das oposições fundantes das teorias tradutórias e, desta forma, fazer aparecer o segundo termo, o pólo não privilegiado.

A visão tradicional pressupõe, de modo geral, a presença de significados inerentes ao texto e, conseqüentemente, a possibilidade de seu resgate e transposição para outro

sistema lingüístico. Tal *possibilidade* de resgate conduz ao *dever*, manifesto no desejo de ser fiel e na ilusão de poder proteger e transportar a mensagem do autor. A partir dessa perspectiva, o tradutor assumiria o compromisso de fidelidade ao querer dizer do autor, conservando-se o mais próximo possível da sua forma e compondo um texto de chegada que despertaria em seus leitores as mesmas emoções despertadas pelo original. Assim, na visão tradicional, a questão da fidelidade é reduzida a uma apreciação das perdas e ganhos em relação aos significados considerados presentes no texto de partida. Conseqüentemente, tais teorias reforçam a permanência do próprio anseio e da ilusão de resgate, impedindo o tradutor de assumir sua tarefa de co-autoria do texto traduzido. Segundo Rosemary Arrojo (1992), as teorias clássicas, baseadas nos pressupostos logocêntricos do pensamento ocidental, cerceiam a questão tradutória de tal forma que impossibilitam ao tradutor sair de sua condição secundária e servil. A autora continua:

o desafio que toda discussão sobre tradução se impõe é a resolução da questão da fidelidade ao chamado “original” e das relações que se podem estabelecer entre “original” e tradução. Entretanto, esse é um desafio que jamais será vencido dentro dos limites do logocentrismo que têm cerceado nossas reflexões acerca da linguagem, da realidade e do sujeito (p.73).

Devido a esses limites logocêntricos cerceadores, as teorias tradutórias permaneceram sempre analisando as mesmas questões. Segundo Steiner (1975), há dois mil anos as teorias de tradução abordam a “única e inescapável” questão da fidelidade ao original, sintetizada em duas perguntas: “De que formas se pode, ou se deve, atingir a fidelidade? Qual é a melhor correlação possível entre o texto A da língua -fonte e o texto B da língua - alvo?” (pp. 261-262).

A primeira pergunta: “de que formas se pode, ou se deve, atingir a fidelidade?” pressupõe a possibilidade de uma tradução fiel e associa a fidelidade ao dever, ou seja, um *compromisso* irredutível da tarefa do tradutor. Essa postura gera teorias de tradução que procuram a sistematização das técnicas que o tradutor deve dominar para transportar, com o mínimo de modificações, o conteúdo do texto de partida. Modelos teóricos como os de Vinay e Darbelnet (1977), Catford (1965), Nida (1975) e Newmark (1981) foram criados a fim de auxiliar o tradutor na sua tarefa e de procurar entender, *ad hoc*, o que ocorre durante a passagem de uma língua para outra. Dentro dessa expectativa, a fidelidade do tradutor é avaliada objetivamente pela sua capacidade lingüística de captar, com neutralidade, o conteúdo das idéias do autor e apresentá-lo aos seus leitores sob outra forma. Se há, para esses autores, a *possibilidade* de proteção e transporte da mensagem do original, o tradutor *deve* assumir o compromisso de levar a cabo esse transporte para que sua competência seja reconhecida. Assim, a preocupação com o dever do tradutor criou a necessidade de se *declarar* fiel, de alguma forma, ao original, mesmo quando *descreve* as apropriações e modificações inevitáveis ocorridas durante o ato tradutório, especialmente visíveis numa edição bilingüe, como pretendo examinar nos capítulos seguintes.

A análise da correlação entre “o texto A da língua-fonte e o texto B da língua-alvo”, assinalada na segunda pergunta de Steiner, consistiu, dentro da tradição das teorias de tradução, em fazer derivar e subordinar o texto B (na língua-alvo) ao texto A (na língua-fonte). A tradução transportaria, ou transformaria, significados já presentes no original, gerando um texto que, embora supostamente possibilitasse aos seus leitores captarem as mesmas idéias originárias ou sentirem as mesmas emoções do leitor do texto de partida, estaria sempre numa posição subalterna. A interferência do tradutor na relação entre os

dois textos *poderia e deveria* ser conscientemente controlada e sua fidelidade, ou maior mérito, consistiria em tornar-se invisível para seus leitores.

A reflexão pós-estruturalista parte de uma perspectiva que se contrapõe à abordagem tradicional e considera a tradução uma interpretação regrada do original. Como agente de um ato interpretativo, o tradutor é o produtor, não o protetor, dos significados do texto e sua interferência no original não poderá nunca ser inocente, invisível ou livre. A apreciação de um texto de chegada, a partir dessas perspectivas, privilegia o contexto em que foi feita a leitura do original, quem é o tradutor, a sua comunidade interpretativa e para quem ele traduz.

Segundo Arrojo (1993), a fidelidade do tradutor pode ser analisada sob três aspectos. Primeiramente, se apenas podemos contar com interpretações feitas a partir de circunstâncias sócio-histórico-culturais do tradutor, este só poderá ser fiel à sua interpretação do texto de partida. Comenta a autora: “a tradução de um poema, ou de qualquer outro texto, inevitavelmente será fiel à visão que o tradutor tem desse poema” (p. 24). Além disso, tanto uma tradução como uma leitura, afirma Arrojo (1992), inevitavelmente refletirão, além do sujeito-tradutor, o momento histórico e a comunidade cultural que as produziram (cf. p. 103).

Em segundo lugar, o tradutor será fiel à teoria de tradução que serve de ponto de partida para seu trabalho. Algumas traduções, por exemplo, modernizam o vocabulário do texto de partida ou domesticam o que parece muito diferente ou chocante no original. No século 17, os franceses foram fiéis à teoria embelezadora e poetizante da cultura da época que não necessitava, segundo Antoine Berman (1984), “passar pela lei do estrangeiro para afirmar sua identidade” (p.62).

Finalmente, o tradutor assume o compromisso de ser fiel aos objetivos aos quais se destina sua tradução. Ainda segundo Berman, Lutero foi fiel ao traduzir a Bíblia na linguagem das donas de casa, do mercador, das crianças nas ruas, “para que a Bíblia pudesse ser entendida” (p.46). Da mesma forma, as tradutoras feministas assumem o compromisso de fidelidade a uma causa política, subvertendo explicitamente o texto de chegada, como estratégia para alcançar seus objetivos.

Os pontos de pressão dos estudos de tradução projetam relevantes questões de linguagem, uma vez que, para os teóricos pós-estruturalistas, qualquer operação lingüística já inclui tradução. Como comenta Arrojo (1992):

a questão teórica da tradução se destaca exatamente porque, devido a suas características peculiares, escancara problemas e questões que outros usos da linguagem podem mascarar mais facilmente. Nesse sentido, a tradução pode nos servir como um instrumento desconstrutor de proposições acerca da linguagem há muito estabelecidas e raramente discutidas (p. 73).

A questão da fidelidade ultrapassa, portanto, a noção de equivalência ou a mera apreciação de perdas e ganhos em relação a um original estável, e articula-se com reflexões contemporâneas constituindo diferentes objetos de estudo e novos ângulos de tematização. As perguntas de Steiner serão retomadas novamente, no capítulo IV, e reavaliadas a partir de uma visão pós-estruturalista, tendo sempre em mente que, nessa perspectiva, as dicotomias pertinentes aos estudos de tradução, assim como a divisão entre tradicionais e pós-estruturalistas, devidamente problematizadas, permanecem válidas e necessárias.

2. As edições bilingües

Berman (1984), avaliando a necessidade de uma reflexão profunda e extensa sobre a tradução do ponto de vista dos tradutores, aponta a importância do exame de aspectos ainda não tematizados. Dessa forma, uma história da tradução revelaria, segundo o autor: “um movimento de retrospecto que seria um assenhoramento” por parte dos próprios tradutores (p. 12). A definição da questão tradutória sempre esteve, na sua maior parte, a cargo dos teólogos, filósofos, lingüistas ou críticos, o que resultou, segundo Berman, primeiramente, na permanência da tradução como “uma atividade subterrânea, escondida, porque não se anunciava por si mesma”. Em segundo lugar, resultou na tendência a assimilar a tradução a outra disciplina: “à (sub)literatura, à (sub)crítica, à lingüística aplicada” (cf.p.11). Assim, é relevante para esta dissertação incorporar a voz dos tradutores, revelar seus comentários e apontar quais são, para esses tradutores, os objetivos de uma edição bilingüe. Esses comentários apresentados em prefácios, espaços muitas vezes destinados aos tradutores - e daí sua importância para a questão tradutória - são reflexos das teorias tradicionais que, como pondera Steiner, afirmam a mesma coisa há dois mil anos. Antes porém de examinar os objetivos declarados nos prefácios, farei um exame da apresentação dessas edições.

Uma edição bilingüe publica o texto de partida e o traduzido, muitas vezes lado a lado, dentro do campo visual do leitor. Na grande maioria dos casos, temos o original à esquerda e a tradução à direita. Dentre todos os livros examinados, somente um optou por colocar o original à direita: *Amaryllidos Dircae* (Lopes, 1887). Frequentemente,

apresenta-se o original e a tradução na mesma página, um após o outro³ ou no final do livro⁴, onde pode ser facilmente consultado. Outras apresentam também duas versões do mesmo texto de partida: a tradução literária e a tradução literal, muitas vezes no rodapé da página. Temos também o texto original numa brochura separada e encaixada no livro⁵, ou em páginas de cor diferente, no meio da edição. Há casos em que até o meio do livro o leitor encontra o texto numa língua; para ler em outra língua é preciso virar o livro ao contrário e recomeçar a leitura⁶.

A forma como o original é apresentado ao leitor não é indiferente. A tradução colocada ao lado do original serve, para alguns tradutores, de “prova” imediata da qualidade de seu trabalho. Em vários prefácios e introduções, o objetivo de uma edição bilíngüe é mostrar que a tradução foi fiel e, por isso, ela é melhor que as anteriores. Um dos exemplo mais explícitos é a declaração do tradutor de *Poesias de Goethe*, Eugênio de Castro (1909), da Academia Real das Ciências de Lisboa: “Quanto à fidelidade com que procurei espelhar fôrma e sentido, tão seguro estou d’ella, que resolvi fazer imprimir o texto allemão ao lado da traducção portugueza” (p. 8). Dessa forma, o tradutor *declara* e prova sua fidelidade através da apresentação dos dois textos, lado a lado, na lógica circular de um discurso que confirma sua própria verdade.

Assim, por apresentar a “origem” do texto traduzido, a própria edição constitui, por um lado, um argumento forte, usado com habilidade pelos tradutores, para atestar a fidelidade *declarada* desses mesmos tradutores. Por outro lado, a mesma apresentação

³ Assim é editada *A Lyrica de Anacreonte* (1866), vertida para o português por Antônio Feliciano de Castilho e editada em Paris, na Typographia de Ad. Lainé et J. Havard.

⁴ Essa é a apresentação de *Um parque de Diversões da Cabeça* de Ferlinghetti (1984) e de um livro de Guizot, edição bilíngüe datada de 1849: *Da democracia na França*.

⁵ Em *The Marriage of Heaven and Hell - As núpcias do céu e do inferno* (Blake, 1956), o original está impresso numa brochura à parte, encaixada no livro.

⁶ *O matrimônio do Céu e do Inferno e O livro de The1* (Blake, 1987).

leva um leitor ativo e crítico, interessado na comparação entre os dois textos, a questionar o texto traduzido, desviando assim o projeto de fidelidade previsto originariamente. A leitura que oscila entre as duas páginas e compara os dois textos é uma experiência enriquecedora para o leitor, um ato descentralizador, que produz significados que não estão nem de um lado nem do outro lado da página.

As edições que oferecem uma tradução literal no rodapé da página, logo abaixo da tradução literária, conferem a esse texto um caráter de explicação, de comentário e não propriamente de tradução. Na edição de *Haikai* (Franchetti, org., 1996), o verso

O velho tanque _ Uma rã mergulha, Barulho de água,

tem sua versão literal apresentada embaixo do original:

velho poço, tanque de peixes, lagoa pequena / rã pula [na água] / barulho de água.

Nesse caso, o tradutor assume a posição dupla de fidelidade e infidelidade, de recuperação e subversão, colocando uma tradução “fiel” e “amorosa” ao pé da página, logo após a tradução “criativa” ou “infidel”. Podemos entender também essa apresentação como uma estratégia para ressaltar o jogo de significações que produz um texto e que não pode nunca ser dominado constituindo o texto. Portanto, a própria estrutura das edições bilíngües (a apresentação do original e da tradução) pode levar a conclusões diferentes, dependendo dos pressupostos que presidem à leitura. Providenciando sua própria crítica, atestam a fidelidade da tradução pela comparação com o texto de partida, ou essa mesma comparação problematiza a possibilidade de manter-se fiel.

A noção de edição bilíngüe pode ser ampliada para incluir também as edições que apresentam somente parte do texto⁷, frases ou palavras, colocadas entre parênteses, na língua de partida. Falando sobre “tempo”, em Heidegger, Derrida (1990) comenta:

“Não se deve dizer que o ser-no-mundo (*das In-Sein in einer Welt*) é uma propriedade espiritual (*eine geistige Eigenschaft*) . [...] Ceder-se-ia à opinião ingênua (*naïve Meinung*) segundo a qual um homem, coisa espiritual, se veria só depois (*nachträglich*) transposto, transferido, deportado (*versetzt*) num espaço (p. 34).

Conservar as palavras em alemão, no texto de chegada, coloca em pauta a questão da intraduzibilidade do texto de partida, revelando, com esse procedimento, que a tradução é tanto necessária quanto inadequada. Diante da dificuldade de traduzir conceitos filosóficos, Derrida (1993) apresenta também o termo na língua do original, “segundo um procedimento cujo valor é, às vezes, contestável” (cf. p. 18). Manter entre parênteses as palavras na língua estrangeira é permanecer ligado à língua do original e, ao mesmo tempo, acrescentar indecidabilidade ao texto, ilustrando, aprofundando e ampliando o constante jogo de interpretação que ocorre durante o ato de leitura.

O que é considerado importante na noção de “edição bilíngüe” é a possibilidade de uma comparação imediata e pontual entre original e tradução, gerada pela apresentação facilitada dos dois textos ao leitor. O que torna uma edição bilíngüe, além do fato de colocar o original à disposição do leitor, é o interesse desse leitor que, mesmo nos casos em que possui somente um conhecimento superficial da língua de partida, é atraído pelo

⁷ Em *Conversa sobre Poesia* (Schlegel, 1994) , somente o texto “Outros Fragmentos” apresenta o original ao lado da tradução . Em *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo , editado em 1907 pela Imprensa Nacional , temos, na página 241, “Il Cinque Maggio”, em italiano, seguido da versão de *Dom Pedro de Alcântara, imperador do Brasil*.

texto ao lado, sendo levado a fazer uma leitura que oscila entre texto de partida e tradução com a inevitável comparação entre os dois. Um leitor que não tenha esse interesse não lê uma edição bilingüe e poderia dispensar a folha contendo o texto de partida. Por outro lado, um leitor curioso pode construir uma “edição bilingüe” buscando ele mesmo o original em outro livro e fazendo, dessa forma, uma leitura comparativa e descentralizadora.

Um original escrito numa língua totalmente desconhecida do leitor, ainda assim, pode atraí-lo e possibilitar uma comparação, se seu interesse for despertado, de alguma forma e em certos casos, pelas notas do tradutor. Por exemplo, em *Sijo. Poesiacanto Coreana Clássica*, as notas da tradutora Yun Jung Im (1994) comentam as significações diversas de determinados termos. O original em coreano, que não passaria, para a maioria dos leitores brasileiros, de grafismos pretos numa folha branca, adquire um interesse novo, e o leitor percebe que o significado criado pelo tradutor não recupera o que está sendo dito no original.

Por exemplo, no verso:

*Mesmo que digam que o Monte Té é alto
não passa de uma montanha sob o céu,*

uma nota explica que *Monte Té* é o nome de uma montanha na China, e que “té”, em coreano, quer dizer “alto”, o que torna esse verso duplamente significativo. Escreve Im: “Este efeito, a tradução o recupera somente na medida em que a palavra “monte”, em português, por uma coincidência útil, faz ecoar sua última sílaba no nome “Té”, prolongando-o...” (p. 131).

Da mesma forma, no verso:

Tão distante daqui a rubra poeira! (p. 131)

a nota do tradutor faz as vezes de original, comentando que Rubra Poeira é um símbolo coreano tradicional de preocupação mundana, o que amplia e aprofunda a leitura do texto de chegada. O verso:

Fim de primavera sobre a Pedra Hwa (p.132)

adquire outras significações, quando ficamos sabendo que *Hwa* quer dizer “Flor”.

Algumas vezes, notamos também, pelas observações do tradutor, que a autora da poesia incluiu seu nome no próprio corpo do poema: “A lua brilha nestas colinas desertas, refere-se à própria autora, Hwang Jin-i, pois o seu pseudônimo era Lua Clara ...” (p. 130). O leitor que não domina a língua do original cria, a partir dessas observações, novos significados para o texto de chegada, significados que não seriam possíveis sem a ajuda do tradutor.

Além do objetivo de provar a fidelidade da tradução e comemorar uma data importante, como já foi mencionado, para alguns prefaciadores, as edições bilingües têm o objetivo didático de ajudar o estudante a entender, pela comparação, o texto de partida. Peter Reckard, tradutor dos *Selected Poems* de Fernando Pessoa (1971-1972), comenta: “o conhecimento imperfeito de uma língua não precisa ser obstáculo para ler uma obra escrita nessa língua se existe uma boa tradução para ajudar” (p. 10). Algumas edições apresentam duas versões da obra: uma denominada literária e a outra justalinear, como, por exemplo, *A Eneida* de Virgílio (sem data), traduzida por Maximiano A. Gonçalves, que orientava os ingressantes do antigo curso clássico. Função didática e de difusão de obras primas da literatura hispano-americana é o objetivo de *Grandes Vozes Líricas Hispano-Americanas*, seleção e tradução de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1990).

Além desse aspecto didático, colocar os dois textos à disposição do leitor é, segundo os tradutores, provar que a tradução foi feita a partir do original e não a partir de uma outra tradução ou, então, comprovar que o texto é integral e não uma tradução dita especial, palavra que significa, muitas vezes, condensada.

Como vimos, os objetivos reconhecidos pelos prefaciadores giram, de alguma forma, em torno da fidelidade ao texto fonte: encaminhar para a leitura do original, difundir a língua e a literatura estrangeiras, provar que a tradução foi feita a partir da língua do original e não de outra tradução e mostrar como a tradução é fiel pela comparação com o texto ao lado. Esses objetivos apontados pelos tradutores reforçam a posição secundária da tradução na nossa cultura, o que continua valendo até nossos dias, como veremos pela análise de alguns prefácios de edições bilíngües escolhidos.

CAPÍTULO II

DECLARAR e DESCREVER

1. Rousseau por Derrida: a leitura desconstrutivista do *Essai*

Derrida (1973) analisa o deslocamento entre a *descrição* e a *declaração* na obra de Jean-Jacques Rousseau, *Essai sur l'origine des langues*. A leitura crítica, tal como ocorre em *Gramatologia*, visa a uma “tarefa de leitura”. Não é o caso de apenas reproduzir um comentário respeitoso, nem tampouco transgredir indevidamente a palavra do autor, mas de percorrer um certo trajeto no interior de um texto, de reconhecer como certos temas se articulam com o que está sendo visado pelo analista. No caso da análise de Rousseau, Derrida esclarece:

Trata-se de reconhecer uma articulação decisiva da época logocêntrica. Para este reconhecimento, Rousseau pareceu-nos ser um revelador muito bom. Isto evidentemente supõe que já arranjamos a saída, determinamos a repressão da escritura como operação fundamental da época, lemos um certo número de textos, mas não todos os textos; um certo número de textos de Rousseau, mas não todos os textos de Rousseau (pp.198-199).

O trajeto de Derrida, na sua apreciação da tensão criada pelo distanciamento entre o que é *declarado* e o que é *descrito* por Rousseau, servirá de embasamento para uma reflexão sobre a tensão e distanciamento entre *declarações* e *descrições* dos tradutores nos

prefácios que analisarei. Escolhi para isso a forma como Derrida considera e articula as oposições norte/sul, origem/degenerescência e fala /escritura nos primeiros capítulos do *Essai*.

Segundo Rousseau, a estrutura da linguagem estaria orientada para o norte ou para o sul, segundo a natureza do solo e o clima. O sul é *descrito* como o lugar da origem e, assim, as línguas meridionais estariam mais próximas da natureza, seriam mais vivas e animadas, voltadas para a paixão. As línguas do norte, modificadas pela necessidade do solo e do clima, seriam frias, duras, fortemente articuladas, pois a paixão estaria reprimida pelo trabalho e o “amai-me” meridional teria sido substituído pelo “ajudai-me” setentrional. Para Derrida: “Rousseau *quereria* que a oposição entre meridional ou setentrional instaurasse uma fronteira *natural* entre vários tipos de línguas” (p.265), permitindo, assim, uma explicação natural e não metafísica ou teológica da origem das línguas.

Para tanto, segundo Derrida, Rousseau *descreve* o sul como a origem: “um único ponto-zero da história das línguas. É o sul, o calor da vida, a energia da paixão”. Derrida comenta que o autor do *Essai* “*não quer falar de dois pólos de formação: mas apenas de uma “formação”, no sul, e de uma “deformação”, exigida pela necessidade, no norte* (cf. p. 306).

Entretanto, continua Derrida: “esta *descrição* não impede Rousseau de *declarar* que umas nascem da paixão, as outras da necessidade: umas exprimem, *de início*, a paixão, as outras, *de início*, a necessidade” (p.266). O texto de Rousseau, reconhecendo, de alguma maneira, que o norte é também uma outra origem, desloca-se, portanto, entre *declaração* e *descrição* contraditórias. Segundo a análise de Derrida: “se tomássemos essas

declarações literalmente, deveríamos julgá-las contraditórias tanto com as descrições como com outras declarações” do autor (cf. p.266), especialmente com a que declara limites naturais entre língua do norte e do sul. Derrida argumenta:

O que ele *descreve*, porém, proíbe-o de pensá-lo. Esta descrição deixa reconhecer que a oposição norte/sul, sendo racional e não natural, estrutural e não factual, relacional e não substancial, traça um eixo de referência no *interior* de cada língua. Nenhuma língua é do sul ou do norte, nenhum elemento real da língua tem situação absoluta, mas somente diferencial (p.265).

O lugar do nascimento das línguas é um ponto fictício e instável e a oposição polar, como comenta Derrida: “é descrita por Rousseau, embora não declarada como origem das línguas. Devemos medir esse deslocamento entre a descrição e a declaração” (p.265). As contradições do *Essai* nascem do desejo de uma origem única e natural não podendo Rousseau aceitar, segundo Derrida: “que o conceito de origem só ocupe uma função relativa em um sistema que situa em si uma multidão de origens” (p.266).

Da mesma forma, a oposição entre fala e escritura, como é apresentada por Rousseau, sofre a tensão entre o que é *declarado* e o que é *descrito* pelo autor. No capítulo V do *Essai*, segundo Derrida, Rousseau introduz o conceito de articulação: “Com efeito, mais uma língua é articulada [...] mais ela se presta à escritura, mais ela a chama. Tal é a tese central do *Essai*” (p. 275). As vozes naturais, puras, o choro da infância, por exemplo, ou a linguagem gestual que teriam precedido a fala, seriam acentuadas mas não articuladas. O progresso e a necessidade, substituindo os acentos por articulações, dariam origem à fala e conduziriam em direção à morte e à escritura. A partir de uma origem natural e

pura, o progresso histórico procede em direção à degenerescência. De fato, quando o autor analisa uma hipotética e ideal “sociedade de necessidade”, onde os homens se entenderiam por gestos, o advento da fala será qualificado de “catástrofe”, de imprevisível “falta de sorte” (cf. p. 294).

Entretanto, como enfatiza Derrida: “no final do *Essai*, este esquema é exatamente invertido” (p. 294). Com efeito, os capítulos VIII, IX, X e XI desmentem, por sua *descrição*, que haja algo que se possa denominar linguagem (dos gestos ou da criança) antes da articulação. Rousseau descreve, nesses capítulos, a passagem do grito à articulação como a origem da linguagem no homem primitivo; mas isso, segundo Derrida: Rousseau “descreve sem o declarar. De contrabando” (p.385).

Continuando, lemos em *Gramatologia*:

Ele [Rousseau] *declara* o que ele *quer dizer*, ou seja que a articulação e a escritura são uma doença pós-originária da língua; ele diz ou *descreve* o que *não quer dizer*: a articulação e, conseqüentemente, o espaço da escritura operam na origem da linguagem (p. 279).

Além disso, segundo a análise de Derrida, Rousseau *descreve* o que “não quereria dizer: que o ‘progresso’ se faz tanto em direção ao pior quanto em direção ao melhor. Simultaneamente” (pp.279-280). De fato, para Rousseau, a língua *natural* dos animais exclui o progresso: “a língua de convenção só pertence ao homem. Por isso, o homem faz progresso, seja para bem, seja para mal e os animais não fazem nenhum” (Rousseau, apud Derrida, p. 279). O valor da articulação e da escritura é, portanto, ambíguo, pois é fator de progresso, de vida, e, ao mesmo tempo, leva à degenerescência e à morte.

Na análise de Derrida, Rousseau *declara* a escritura um apêndice da fala. A escritura, que vem do exterior, acrescenta-se, como um suplemento perigoso, à fala viva e presente a si, deslocando e reduzindo a força da natureza. Entretanto, lemos no *Essai* a *descrição* da primeira linguagem, a figurada, a do desenho, onde, com um “movimento de vareta”, a sombra do amado é impressa no chão pela amante: “Quanto dizia a seu amante aquela que com tanto prazer lhe traçava a sombra! Que sons teria ela empregado para traduzir este movimento de vareta?” (Rousseau, apud Derrida, p. 285). A linguagem do desenho, do movimento da vareta, é, para o autor, mais fácil e mais expressiva. A diferença e o espaçamento entre o signo e o que é representado são reduzidos ao mínimo nessa linguagem (o amante está “quase” presente na sombra); o distanciamento e diferenciação só viriam com o advento da fala. Portanto, essa linguagem visível, desenhada, que não representa sons, mas imagens, estaria, pela análise de Derrida, na “véspera” da fala. A linguagem escrita é dada, por Rousseau, como sendo, ao mesmo tempo, um perigoso suplemento acrescentado à fala viva e plena, e uma linguagem gráfica, “mais fácil e expressiva”, que a antecede.

Derrida analisa a seguir a forma como Rousseau neutraliza as oposições que sulcam a filosofia clássica da história da cultura e da sociedade. Em *Gramatologia*, o autor comenta: “a redução que o *Essai* opera tem um estilo particular. Rousseau nele neutraliza as oposições rasurando-as; ele as rasura afirmando simultaneamente valores contraditórios” (p. 230). Esse movimento oscilante entre declarações divergentes ou entre declarações e descrições, reaparece, como veremos, nos prefácios das edições bilíngües. As *declarações* de fidelidade a uma origem pura, apoiadas em limites bem definidos entre original e tradução, são “rasuradas” pelas *descrições* dos tradutores. O termo “rasura” descreve com

precisão o que acontece quando as contradições de Rousseau são localizadas e comentadas por Derrida. As oposições norte/sul, origem/degenerescência, fala/escrita, não são destruídas pela análise desconstrutivista, são problematizadas e continuam válidas e legíveis sob essa “rasura”. Da mesma forma, as dicotomias original/tradução, autor/tradutor, língua materna/língua estrangeira não são apagadas ou negadas pelo confronto entre diferentes *declarações* dos tradutores nos prefácios; a problematização dessas dicotomias engendra o surgimento de novas e diferentes questões pertinentes para os estudos de tradução.

Segundo Sarah Kofman (1984), a análise derridiana da obra de Rousseau mima a leitura psicanalítica, embora seu objetivo não seja o de analisar conflitos psicológicos, mas sim considerar o afastamento entre o que é *declarado* e o que *descrito* pelo autor. Para a autora, “ele considera como sintomas um certo número de contradições inscritas no texto metafísico. Contradições cuja coerência remete à força de um desejo” (p.99). No *Essai*, a análise da divisão entre “bom” (a origem, a fala, o natural) e “mau” (a escritura, o cultural) e a projeção do “mau” no que é exterior, remete, segundo a autora, aos processos psicóticos; para Derrida, entretanto, a psicanálise não deve ser entendida como autoridade máxima na revelação da verdade de um texto ou chave para o entendimento da obra. No entanto, o uso de termos psicanalíticos como “sintoma”, “repressão”, “desejo” marca a leitura e a interpretação de nossa época, como destaca o filósofo:

De uma certa maneira, estamos *na* história da psicanálise como estamos *no* texto de Rousseau. Assim *como* Rousseau embebia-se de uma língua que já estava aí [...], assim circulamos hoje numa certa rede de significações marcadas pela teoria psicanalítica, mesmo quando não a

dominamos e mesmo que estejamos certos de nunca podermos dominá-la
perfeitamente (Derrida, 1973, p.197).

Como num sonho, o texto coloca em cena os desejos do autor, como afirma Derrida, à sua revelia, como algo que não pôde se apresentar de forma explícita e que, aliás, não está presente em nenhum lugar. De fato, lemos em Gramatologia uma analogia entre as contradições do *Essai* e a estrutura do sonho: “Como no sonho, tal como Freud o analisa, incompatíveis são admitidos simultaneamente, desde que se trate de consumir um desejo” (p.299).

Fazendo eco à análise do distanciamento entre *declaração* e *descrição*, proposta por Derrida, Kofman comenta a dualidade de significações presente nos textos do sonho e a ausência de um código exaustivo e exterior ao sonhador:

apesar de Freud *declarar* a dualidade dos textos do sonho, texto manifesto, texto latente, e definir a interpretação como a tradução do primeiro no segundo; apesar de descrever o texto manifesto como a transformação do texto latente, o que Freud *faz* impede de conceber a relação entre texto manifesto e latente como uma relação de tradução falsificadora, na qual seria o caso de restituir, pela análise, a verdade (p. 63).

Considerando a análise derridiana e os comentários de Kofman, admitimos que os prefácios que serão aqui analisados não são um texto manifesto que esconderia um significado latente passível de ser revelado por uma leitura cuidadosa. Além disso, a análise das contradições nos prefácios das edições bilingües não revela uma verdade oculta inconscientemente no texto pelos tradutores, pois, segundo Kofman, não se deve confundir o distanciamento entre *declaração* e *descrição* com a distinção entre

consciente e inconsciente ou entre ato voluntário e involuntário. É necessário considerar que esse distanciamento não está presente no texto, preexistindo a uma análise, a uma interpretação. As contradições, inscritas num jogo de significações que o autor não pode dominar, permitem a leitura, a contrabando, de um outro texto, revelador de um desejo não declarado mas que não preexiste a essa leitura.

É importante acrescentar que a tensão analisada por Derrida no texto do *Essai* não pertence ao indivíduo Rousseau. Pergunta Kofman:

Por que então, já que Rousseau *descreve* que o substituto é sempre substituto de substituto, que a morte trabalha sempre o interior da palavra como sua diferença interna, como seu suplemento, que a morte penetra sempre a vida, por que não poderia ele o *declarar* ? (p.106).

Para Derrida, o deslocamento entre a *declaração* e a *descrição* pertence a toda uma época, à época da metafísica da presença, da qual Rousseau faz parte. A partir dos pressupostos logocêntricos do pensamento ocidental, é possível sonhar com a exterioridade simples do significante ao significado, da representação à presença, da máscara à face, da escritura à palavra (cf.Kofman, 1984, p.106). A coerência do *Essai* se organiza, segundo a análise de Derrida (1973), em volta do desejo da origem única:

Rousseau desejaria separar a originalidade da suplementariedade. Tem a seu favor todos os direitos constituídos por nosso *logos*: é impensável e intolerável que o que tem o nome de *origem* não seja mais do que um ponto situado no sistema da suplementariedade (p.296).

Podemos afirmar, fazendo eco aos comentários de Derrida, que o distanciamento entre o que é *declarado* e o que é *descrito* pelos prefaciadores, nas edições bilingües, coloca em cena os desejos de fidelidade a uma origem estável; ao querer dizer do autor; à interpretação amorosa e recuperadora da mensagem presente no texto de partida e à língua materna pura, não contaminada pelas outras línguas. As contradições, como veremos, pressupõem a distinção rigorosa entre forma e conteúdo e a noção de interpretação como recuperação, o que tem sido aceito como verdadeiro pelos teóricos tradicionais e que ainda é base de importantes reflexões sobre teoria de tradução.

A reflexão desconstrutivista coloca em foco textos que foram desprestigiados pela cultura de toda uma época, que foram classificados como suplemento exterior ao corpo principal: nota do tradutor, post-scriptum, metáfora, prólogo, prolegômeno, anotações feitas nas margens e prefácios. Kofman (1984) comenta: “Tudo o que foi considerado pela tradição filosófica como fora do texto, fora do livro, à margem do texto, submete-se à “escuta” derridiana, encontra-se reescrito no texto” (p.97). Os detalhes aparentemente sem importância, as obras consideradas secundárias, como o *Essai*, constituem, muitas vezes, o ponto de maior importância numa análise, já que “o centro de interesse sobre o qual se investe a energia está muitas vezes deslocado pela censura” (p.93). Dessa forma, a análise desses textos singulares, considerados “sintomáticos” por Derrida, por servirem de indicadores para algo mais geral, recupera o impensado de toda uma época.

Derrida privilegia, portanto, textos curtos, muitas vezes inéditos ou não traduzidos, de data incerta. A crítica do “cogito” cartesiano concentra-se em três páginas retiradas de um livro de 673 páginas de Foucault. A repressão da escritura por Platão é analisada a partir de uma metáfora apresentada em apêndice ao texto de *Fedro. Ousia et grammé*

aparece como uma nota a uma nota de *Sein und Zeit* de Heidegger e apóia-se numa única palavra de Aristóteles: “ama”. Em “Freud e a cena da escritura” ele privilegia um texto freudiano negligenciado pela leitura psicanalítica: *Nota sobre o Bloco Mágico* (cf. Kofman, p. 94-95). Da mesma forma, aos estudos de tradução é conferida uma importância não habitual na tradição filosófica ocidental.

Ainda segundo Kofman, uma perspectiva hegeliana destina o prefácio a introduzir um texto e, em seguida, “anular-se com uma casca vazia, inessencial, exterior ao corpo do texto” (p.96). Hegel desqualifica o prefácio da obra filosófica pois, a rigor, a exposição filosófica tem essencialmente o poder de dispensar o prefácio, dispensar uma apresentação ou comentário, pois o caráter universal de seus objetivos e conceitos estão expressos nela mesma, na sua essência perfeita. Comentar uma obra filosófica seria considerá-la incapaz de expor a verdade em si mesma. Ao contrário de uma introdução, que permanece sempre a mesma em todas as edições, os prefácios multiplicam-se de edição em edição e respondem, ainda segundo Hegel, a uma necessidade circunstancial e provisória.

Para Derrida (1972), os prefácios sempre foram escritos tendo em vista seu próprio apagamento; entretando, esse refugio, relegado às margens do livro, deixa um “resto”, permanece legível e acrescenta-se ao texto, rescrevendo-o (cf. p. 14). Se o prefácio foi banido do discurso da verdade, é justamente por não possuir um lugar nem um tempo próprio. No prefácio, um autor todo poderoso, em plena posse de seu produto, apresenta ao leitor o sentido ou o conteúdo do livro, o objetivo procurado e quais os trabalhos que precederam o seu. Escrito após o livro, o prefácio, entretanto, é colocado anteriormente, numa falsa aparência de presente, uma posição de autoridade que visa a aproximar o leitor de um sentido por vir. Além disso, um prefácio não é vazio de sentido, pois anuncia a

produção do sentido do texto, mas não é um momento do significado, pois está colocado numa posição anterior ao significado expresso no livro. Não estando, portanto, simplesmente fora do texto nem dentro dele, circulando entre antecipação e recapitulação, o prefácio problematiza os limites entre fora/dentro, começo/fim, central/marginal, verdade/ficção e não pode ser explicado a partir dessas oposições. Dessa forma, o prefácio não se reduz a etiquetar, classificar e expor um produto completo, findo, inerte; ele é integrado ao texto, funciona como texto e pertence à economia textual.

Para o tradutor, o prefácio é um espaço que lhe pertence, o lugar onde seu objetivo é *declarado*, onde o significado do seu texto é comentado, justificado e, conseqüentemente, imposto ao leitor antes da leitura. Os prefácios das edições bilíngües revelam, pela análise de suas contradições, o que ficou impensado nas teorias tradutórias tradicionais, a *impossibilidade* de levar a cabo o seu *dever* de fidelidade nos moldes exigidos pelo pensamento teórico de toda uma época.

2. Os prefácios das edições bilíngües

No decorrer deste trabalho, aponto as contradições entre declarações e descrições no interior de um mesmo prefácio, entre declarações do prefácio, introdução e notas ou entre declarações feitas em prefácios de livros diferentes. O termo *contradição* será utilizado nas acepções de incoerência, desacordo, tensão entre afirmações, e não no sentido lógico estrito. Prefácios mais recentes serão analisados no capítulo três, com a

finalidade de examinar a influência de novas reflexões teóricas nos estudos tradutórios em nossos dias.

É necessário fazer duas observações sobre a análise das contradições nos prefácios das edições bilingües. Primeiramente, só podemos falar de contradições se partirmos de uma visão pós-estruturalista da tradução. Dentro da visão tradicional, não há contradição; há, ao contrário, a possibilidade (e a necessidade) de o tradutor, apoiado na dicotomia forma/conteúdo, segundo a qual as mudanças na forma não alterariam a integridade da mensagem, *declarar* sua fidelidade a uma suposta mensagem do texto original, às intenções do autor ou ao clima que envolve o texto de partida, e, ao mesmo tempo, *descrever* as modificações inevitáveis no texto de chegada. Portanto, como veremos pela análise do prefácio da edição bilingüe francesa da *Iliada*, os “mesmos” exemplos, quando examinados a partir de teorias de tradução diferentes, levam a conclusões opostas e podem ser vistos, ou não, como contradições.

Em segundo lugar, é necessário observar que essas contradições não significam que os autores foram ingênuos e estão ultrapassados ou que a análise dos prefácios a partir de uma visão pós-estruturalista seria não-contraditória, no sentido de incontestável ou irrecusável. Os pressupostos que servem de base às teorias tradicionais abrem um espaço para declarações de fidelidade que, para os tradutores, são coerentes com as descrições e realmente se confirmam nos textos de chegada. Por outro lado, os pressupostos em que se baseiam as teorias pós-estruturalistas criam outro espaço onde essas descrições e declarações são vistas como contraditórias, uma aporia que o autor não pôde ver para que seu texto fosse possível, para que ele pudesse se colocar como protetor dos significados do texto original, posição indispensável segundo a primeira teoria.

As contradições apontadas levam a crer que os conceitos básicos das teorias tradicionais de tradução podem e devem ser problematizados, que esses conceitos ou ainda não foram suficientemente elucidados ou deixaram de ser, de alguma forma, produtivos para o exame da questão da fidelidade. Mas não estamos avançando em direção a uma verdade triunfante ou à expressão finalmente adequada de uma reflexão difícil. Estamos intervindo num debate complexo e estimulante. Acredito reconhecer nessas aporias um tema, um objeto de análise, mas também uma leitura motivada que coloca, entre o autor do prefácio e o analista, uma fronteira sempre incerta.

A seguir, serão analisados os prefácios escolhidos e os pressupostos teóricos que possibilitaram as *declarações* e as *descrições* contraditórias dos tradutores ou de seus prefaciadores. Essas contradições giram em torno dos seguintes paradoxos: 1.o original preservado e modificado; 2. o ato tradutório amoroso e subversivo; 3. a relação amor/ódio com a língua materna do tradutor. Esses momentos de aporia, nos prefácios das edições bilíngües, desafiam as teorias normativas e descritivas, pois abalam a possibilidade da fidelidade num texto que tem, justamente, a finalidade de celebrar uma fidelidade supostamente indiscutível, num livro que expõe também o texto de partida.

a) O original preservado e modificado

Impossibilitado pelos pressupostos que servem de base às teorias tradicionais de se revelar incapaz de recuperar o texto inicial na sua pureza, o tradutor *declara-se* protetor do original, em discordância manifesta com o que *descreve* e mesmo com o que *declara* em outra parte do prefácio. Podemos analisar esse paradoxo de duas formas: no primeiro

prefácio, o da *Iliada*, temos *declaração* de fidelidade a um original puro e estável e *descrição* das flutuações, como diz o editor, desse mesmo original. Esse é o único prefácio analisado que não apresenta o texto traduzido em português e foi incluído, neste trabalho, por ser relevante para a análise das contradições em foco. No segundo prefácio, o das *Odes de Anacreonte*, temos as propostas de fidelidade ao original, seguidas de descrições das modificações introduzidas no texto traduzido. Esses dois prefácios são exemplares, na minha argumentação, pois apresentam, de maneira clara, as contradições que se repetirão, sob outros aspectos, nos prefácios seguintes.

A *Iliada* de Homero (1955) foi traduzida do latim para o francês, em 1955, por Paul Mazon. Além de tradutor e prefaciador, Mazon é também o editor da obra; nessa função, é ele quem vai estabelecer qual, entre as inúmeras traduções em latim da *Iliada*, será escolhida para ocupar o lugar de “original”, na página à esquerda, nessa edição bilíngüe. Como acontece com os textos antigos, o poema de Homero que chegou até nós é uma vulgata, uma tradução latina. A *Iliada* já aparece em latim, em citações, nos séculos V e IVa.C.. Segundo Mazon, a “*Iliada* já seria uma vulgata, sem dúvida, na época em que foi trazida da Ásia Menor para a Grécia” (p.V).

O texto de Homero tornou-se, desde cedo, o que o editor chama de “flottant”, um texto “flutuante”, inconstante, indeciso, com o acréscimo de inúmeras variantes ao longo dos séculos. Cada autor (Mazon usa o termo “autor” para os tradutores e copistas antigos) de uma nova cópia escolhia livremente o que incluir, ou não, entre as edições anteriores e, como comenta o editor: “procurava talvez dar a essa escolha e a essas repetições um caráter pessoal, de maneira a poder declarar, em seguida, como um bom comerciante, que sua edição era a única autêntica e a única completa” (p. VI).

Nos séculos III e II a. C., o texto da *Ilíada* sofreu uma revisão severa e certos versos foram retirados. Algumas dessas exclusões, na opinião de Mazon, foram justificadas; outras, nem tanto. Houve condenações imerecidas, que foram corrigidas mais tarde. Uma dessas correções foi feita, nessa edição, pelo próprio Mazon. Assim, pergunta o editor: “com que direito, e de acordo com quais princípios, fixaríamos hoje um texto que nunca foi fixo?” (p. IX). Nenhum manuscrito é candidato a uma superioridade indiscutível, nenhum é reconhecido como autêntico; mesmo os papiros anteriores à censura dos Alexandrinos não podem ser qualificados de melhores somente pelo fato de serem mais antigos, diz o editor. Eles podem ser originários das edições negligentes, que serviram de modelo aos manuscritos medievais. O editor lamenta que ainda não exista uma solução realmente científica para resolver o impasse e que, portanto, tenha sido necessário usar métodos empíricos de avaliação.

Desta forma, logo nas primeiras linhas do prefácio, o tradutor *descreve* o original como inacessível, um texto de partida que não é fixo, que já começa, explicitamente nesse caso, como uma tradução de outras traduções. Mazon, podemos dizer, aproxima-se, pela *descrição*, da noção pós-estruturalista de original, um texto de partida que não é uma origem absoluta, mas uma construção do leitor ou do tradutor; uma interpretação controlada das palavras do autor; um texto que remete a outro texto anterior que, por sua vez, remete a outro texto e assim por diante, numa sucessão renovadora de leituras diferentes. Jürgen Habermas (1990) comenta esse remeter incessante em direção a uma origem pura, a um “acontecer sem sujeito”, na tentativa de resgatar o sentido ideal e originário, intocado pela linguagem. O autor constata:

Não é a história do ser que é o início e o termo, mas sim uma imagem enigmática: os efeitos labirínticos dos textos antigos cada um dos quais remete continuamente para textos ainda mais antigos, sem despertar a esperança de alguma vez se vir a possuir o escrito originário (p.172).

A *Iliada* é exemplar para ilustrar a busca de um significado estável, originário e perdido, e que, entretanto, nunca pode ser encontrado, pois nunca esteve presente no texto.

Entretanto, as *descrições* do editor não chegam a abalar seu conceito de original e, paradoxalmente, reforçam a noção de um original único, uma fonte primeira e absoluta da *Iliada*, passível de ser resgatada pela investigação de um estudioso, e que o leva a *declarar*: “isso não quer dizer que é impossível considerá-lo [o texto apresentado nessa edição] remontando a um original único, obra de um poeta criador” (p. V). Mazon recomenda ainda não exagerar a importância dessas variações, pois “o que é, ao contrário, mais surpreendente, para quem estudou de perto a tradição dos poemas homéricos, é a espantosa fixidez do texto” (p. VI).

Nesse ponto, o editor explica que o que muda com as variantes é apenas a forma do poema e não seu conteúdo, *declarando* que, “na verdade, o editor quase nunca teve de escolher entre idéias ou mesmo imagens: ele escolheu somente entre palavras” (p.VI). Para Mazon, nos 16.000 versos consultados, as variantes mais notáveis, as que alteram o número de versos, só acrescentam detalhes sem importância e não mudam em nada o movimento da história, não trazendo nenhuma dúvida ao sentido do poema. Somente três ou quatro detalhes em cada canto são de interesse real para a compreensão da narrativa e para o julgamento estético. O conteúdo foi, portanto, preservado no “centro” da obra. Temos, assim, duas dicotomias indispensáveis para a coerência do prefácio. Aceitar limites bem

distintos entre central/marginal e forma/conteúdo é, como sempre foi nos estudos de tradução, indispensável para que Mazon possa colocar-se como protetor dos significados supostamente presentes no texto original.

A cada tradução da *Iliada*, os autores interferiram explicitamente na vulgata, deixaram-se traspassar por influências externas, pelas leituras precedentes e tentaram impor seu trabalho como o mais fiel e o mais completo. Mesmo assim, Mazon pode e deve declarar fidelidade a um significado imanente, único, fixo, “fruto de um poeta criador”, para ser coerente com as teorias tradicionais que presidem seu texto. Se o *dever* do tradutor, segundo essas teorias, é o de recuperar sem interferências o texto de Homero, reconhecer que esse texto original pode ser uma construção dos tradutores é reconhecer que não pode haver um controle total do texto de partida. Assim, a tradução em francês seria conceituada, também, como uma interpretação provisória e não como a recuperação fiel do querer dizer do autor. Por outro lado, o tradutor/editor não pôde deixar de reconhecer as interferências importantes e indispensáveis dos tradutores no estabelecimento do texto em latim colocado à disposição do leitor.

O deslocamento entre *declaração* e *descrição* de Mazon revela o desejo da origem estável e, conseqüentemente, da possibilidade de controlar e imobilizar o jogo de significações no ato tradutório. Seguindo a análise de Derrida, posso afirmar que Mazon *quereria* restaurar, pela *declaração*, a possibilidade de uma tradução fiel à obra de Homero, abalada pelos inúmeros e diversos originais da *Iliada* que surgiram ao longo dos séculos. O que não pode dizer ele *descreve*: que sua tradução, como todas as outras que a antecederam, é uma representação, sempre provisória, de outra representação.

O deslocamento entre *declarações* e *descrições* contraditórias se repete no prefácio de *Odes de Anacreonte e suas traduções*. O tradutor Almeida Cousin (1948) aponta que essa edição em grego e português constitui a primeira tradução realizada por brasileiro e, possivelmente, o primeiro livro do gênero, em se tratando dessa língua (cf. p. 17). Quase todas as literaturas têm as sua “Anacreônticas”, segundo Cousin: “inclusive Portugal, que as apresentou muito afastadas dos originais, na tradução de Antônio Feliciano de Castilho, já antiga, de um mestre da língua, embora pouco fiel tradutor” (p.13). O prefaciador cita outra tradução portuguesa, de 1819, em versos não rimados e incompleta, por ostentar vazios correspondentes a trechos apagados pela censura. A seguir, o tradutor *declara* que: “De não as haver consultado [essas traduções portuguesas], não nos arrependemos. Qualquer conhecedor verificará que a nossa é mais fiel que ambas, por mais aproximada do original” (p.14).

A presente edição é, como comenta o tradutor: um “trabalho sério, à vista dos originais das ‘anacreônticas’ universalmente conhecidas”, e não se trata, portanto, de uma tradução de segunda mão, feita, por exemplo, sobre o francês de Leconte de Lisle. Depois de confessar algum desprezo por essas traduções de segunda mão, o prefaciador continua *declarando-se* “fiel à letra e, ainda mais, ao espírito da obra, permanecendo, todavia, nos setores da arte e sua vulgarização” (p.13).

Depois das *declarações* de fidelidade ao conteúdo e à forma do poema, o tradutor passa a *descrever* os “recursos comuns” usados na sua tradução: adjetivação expletiva, transposição de ordem, emprego de sinônimos e perífrases, desdobramentos e interpretações de idéias e, até, “de interpolações no texto, quando obrigados pela forma poética”. *Descreve* Cousin:

Não se deve estranhar, portanto, quando ocorrem expressões como “agita, ao som da cítara, o corpo lindo e leve”, em vez de, simplesmente, “dança”. [...] Sempre, porém, que aconteceu intercalar, por nossa conta, um verso inteiro, sem relação com o texto, tivemos o cuidado de marcá-lo com um asterisco (*) à margem, como se vê em “Nervosa primavera” ou em “Desgrenha-se, fremente”, na mesma ode tomada para exemplo. Dispensamos entretanto o sinal (*), quando algum verso, aparentemente estranho, resulta do desdobramento de alguma idéia contida em germe por qualquer expressão do texto (p.15).

Como no prefácio anterior, a mudança na forma não altera um suposto conteúdo essencial da mensagem do texto de partida. Acrescentar versos ao texto inicial seria somente, segundo o tradutor, desenvolver uma idéia prevista pelo autor, embora ausente do original. Da mesma forma, a tradução continua fiel a Anacreonte, quando o tradutor condensa as palavras do original, como no caso de “um círculo sombrio no franzir do olhos”, que ficou reduzido a “olheiras”; ou quando a ordem das odes é modificada. Os títulos em português também sofreram interferência e, como explica Cousin: “foram dados quase arbitrariamente pelo tradutor, pois os que acompanham os originais gregos são inexpressivos e muitas vezes repetidos, por indicarem o assunto apenas de maneira muito geral” (p.17).

As *declarações* de fidelidade “à letra e ao espírito da obra” chocam-se com as *descrições* detalhadas das importantes modificações formais e da inserção de versos “sem relação com o texto” feitas no texto de chegada. Para Cousin, essas modificações não são infidelidade ao original, pois resultam do desdobramento de idéias contidas “em germe”

no texto de partida. Assim, o que não é *declarado* por Cousin, ou seja, que sua tradução é uma interpretação modificadora do texto de Anacreonte, foi incluído no prefácio por meio de uma *descrição*, revelando a tensão entre o desejo de fidelidade do tradutor e a impossibilidade de recuperar algo desde sempre perdido: o ponto de origem. O desejo de *possibilidade* e o *dever* de fidelidade a algo presente no texto de partida, noção privilegiada pelas teorias tradicionais, aflora nas *declarações* dos tradutores; por outro lado, suas *descrições* ou *declarações* conflitantes transbordam essas teorias cerceadoras e possibilitam uma leitura que indica a necessidade de rever a questão da fidelidade.

A apreciação das contradições de Mazon e Cousin, assim como as que serão analisadas a seguir, são particularmente relevantes atualmente, pois problematizam a questão fundamental das teorias tradutórias: o conceito de fidelidade. O deslocamento entre *declarar* e *descrever* retira da palavra fidelidade a sua marca, o significado conceitual que sempre lhe foi atribuído ou seja, fidelidade a uma origem absoluta, a um sujeito autoral, a um conteúdo presente no texto. O conceito de fidelidade não pode nem deve ser apreciado a partir da invisibilidade do tradutor, da divisão estanque entre original e tradução, mas tendo em conta uma tensão entre fidelidade/infidelidade, já anunciada pela declaração/descrição dos prefácios.

O pressuposto que sustenta e dá coerência ao prefácio de Cousin, assim como ao de Mazon, é a possibilidade de separar o significado, o conteúdo do texto, do significante, o veículo usado para transportar esse conteúdo. Segundo Mary Sneel-Hornby (1995), “o conceito mais influente na história da tradução é aquela velha dicotomia de palavra e sentido que a teoria tradutória tradicional nunca conseguiu superar e que ainda hoje bloqueia os estudos de tradução” (p.9). Nos prefácios apresentados, os tradutores

declaram sua fidelidade ao conteúdo do poema e *descrevem* a infidelidade à forma. Ou *declaram* a recuperação tanto da forma quanto do conteúdo, admitindo assim a possibilidade de um significado transcendental presente no texto e independente da língua em que é veiculada, conceito indispensável para as reflexões teológicas, filosóficas e tradutórias de toda uma época.

A dicotomia forma/conteúdo fundamenta, igualmente, uma dúvida discutida em inúmeros prefácios de edições bilingües de textos poéticos: traduzir poeticamente, seguindo, na medida do possível, a métrica, o ritmo, as rimas do original; ou literalmente, conservando um suposto conteúdo da mensagem do autor. Em *Sonetos de Meditação* (Donne, 1985), Afonso Félix de Sousa comenta o primeiro “problema-desafio” do tradutor de poesias. Trata-se de decidir

se verte o conteúdo poético com prejuízo da insubstituível magia expressiva do ritmo, ou se sacrifica num ponto e noutro o original, mutilando-o ou enxertando-lhe palavras e expressões que não alterem o sentido, ao procurar soluções ou efeitos que levem à reprodução possível do clima do poema (p.10).

Na apresentação da edição bilingüe de *Carmina Burana* (Wonsel,1994), o introdutor Sigismundo Spina comenta a perplexidade habitual do tradutor de poesias: “ou traduzi-las poeticamente, ou transpô-las para a prosa”. No primeiro caso, segundo Spina: “é inevitável que se sacrifiquem certos valores de natureza expressiva e certas nuances das idéias”; quando a tradução é literal, continua o autor: perde-se “o encanto de ler um texto sob a forma poética, com ritmo e com rimas, [mas] ganha-se na precisão dos conceitos, na autenticidade da mensagem” (p.11). Acrescenta, a seguir, uma observação sobre a edição

do livro: “Por isso o autor assumiu a melhor opção: apresentar as duas versões, para salvar o encanto do texto e a inteligibilidade do conteúdo” (p. 12). Nesse caso, a apresentação “das duas versões” faz eco à *declaração* de fidelidade (a inteligibilidade do conteúdo) e de infidelidade (o encanto do texto) explicitadas nos prefácios analisados anteriormente.

Nos prefácios, os tradutores declaram *as semelhanças* de conteúdo entre os textos envolvidos, o que é pertinente para as teorias tradutórias que os embasam, e descrevem *as diferenças* formais entre esses mesmos textos. A parte formal é considerada, por esses tradutores, como um ornamento, algo que acrescenta beleza ao texto traduzido, mas que não faz parte da mensagem poética e, portanto, pode ser modificada. De acordo com as teorias tradicionais, um leitor competente dos poemas deveria ser capaz de comparar os dois textos em questão e apreciar como a “mesma” mensagem se reveste de roupagem diferente, mas conserva intacto o seu conteúdo, o seu espírito ou sua poeticidade.

2. O ato tradutório amoroso e subversivo

O anseio por uma origem absoluta, deflagrado na análise dos prefácios, repercute no desejo de uma relação harmoniosa com o querer dizer do autor, com o original oferecido na página ao lado nessas edições. A *declaração* de fidelidade amorosa do tradutor, tão discordante com o que acontece durante o processo tradutório, funciona, portanto, como uma tentativa de controlar o poder indesejado do seu ato, esquecendo-se o prefaciador de que não é possível abolir a violência de qualquer ato interpretativo.

A segunda edição de *Panorama do Finnegans Wake*, de Augusto e Haroldo de Campos (1971), inclui um texto intitulado “De Ulysses a Ulisses”, onde Augusto de Campos analisa a tradução por Antônio Houaiss do “anti-romance” de Joyce. Segundo declara Campos:

uma tradução de *Finnegans Wake* ou de *Ulysses* não pode pretender senão um caráter provisório, aproximativo. Há sempre, para o tradutor consciente, a perspectiva de aperfeiçoar, de chegar mais perto de um original tão desafiante quanto insidioso (p.126).

Além de provisória, a tradução deverá ser radical, subvertendo tanto o idioma de chegada quanto o de partida, para poder conservar-se “fiel ao espírito da obra” (cf. p.127). A concepção de tradução como subversão está bem explicitada no post-scriptum “Transluciferação Mefistofáustica” de *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe* (Campos, 1981) onde, comentando a função angelical da teoria de Walter Benjamin, constata Haroldo de Campos:

Não seria descabido [...] ultimar a teoria benjaminiana da tradução “angelical”, da tradução como portadora da mensagem “inter” (ou “trans”) - semiótica da língua pura, dizendo que ela é orientada pelo lema rebelionário de *non serviam* (da não submissão a uma presença que lhe é exterior, a um conteúdo que lhe fica intrinsecamente inessencial); em outras palavras, como a própria expressão latina o denuncia, estaríamos diante de uma hipótese de tradução luciferina (p.180).

A fidelidade do tradutor, como queria Benjamin, não está na transmissão do sentido, mas em reproduzir o “modo de intencionalidade” do autor, seu estilo e os

aspectos formais do original. Dessa forma, Campos propõe uma tradução “luciferina”, que transgride a relação aparentemente natural entre forma e conteúdo (p.180). A tradução seria, portanto, o “re-projeto isomórfico” do poema originário, uma operação radical de transformação. O autor *declara*:

o *desideratum* de toda tradução que se recusa a servir submissamente a um conteúdo, que se recusa à tirania de um Logos pré-ordenado, é romper a clausura da metafísica da presença (como diria Derrida): uma empresa satânica (p.180).

Voltando ao texto “De Ulysses a Ulisses”, podemos observar também que Augusto de Campos *descreve* as soluções arrojadas da tradução de Houaiss, como a tradução da expressão “Cheerio, boys” por “Saravá, meu povo” (p.138), uma “idiossincrasia respeitável”, autorizada pela “souplesse” do original. Campos prossegue:

Antônio Houaiss, por vezes, toma a iniciativa de montar vocábulos à margem do texto. Simples palavras como “puzzling” ou “frowning” podem converter-se em “manimisturando” ou “frontipregueando”. “Choked” se expande num “esganenganou-se” (p.130).

Campos chega a *declarar* que, no caso de Joyce, haveria a necessidade de inverter o adágio italiano “traduttore, traditore”: o traidor, aquele que recriasse vocábulos e sintaxes do original, seria o tradutor fiel a Joyce. No entanto, no último parágrafo da crítica à tradução de Houaiss, após haver *declarado* e *descrito* as inúmeras e bem sucedidas subversões do tradutor, inesperadamente, temos outra *declaração* de Campos: “pode a obra de Joyce comportar mais de uma amorosa aproximação” (p.141).

Tradução radical, subversiva, traidora, mas amorosa. Como entender esse paradoxo? Para a teoria tradutória dos irmãos Campos, a tradução como aproximação amorosa é possível, na medida em que o tradutor, mesmo *descrevendo* e *declarando* sua rebeldia, conserva-se fiel ao espírito de Joyce, ao clima joyciano, mantendo os efeitos sonoros, o aspecto visual das palavras e deixando em segundo plano os fatos e caracteres. Há, nesse caso, uma inversão na hierarquização da dicotomia forma/conteúdo. Campos, ao contrário dos tradutores já citados, *declara* fidelidade amorosa à forma e ao espírito do original e *declara* e *descreve* as subversões criativas na transmissão de sentido. O autor afirma, em “Panaroma em Português” (Campos, 1962):

Mudando a língua, é claro, o “panaroma” muda de “panorama”: a tradução se torna uma espécie de jogo livre e rigoroso ao mesmo tempo, onde o que interessa não é a literalidade do texto, mas, sobretudo, a fidelidade ao espírito, ao “clima” joyciano, frente ao diverso feixe de possibilidades do material verbal manipulado (p.7).

Para Campos, o estudo do contexto e da rede de relações entre palavras constitui uma base estável e confiável para recuperar algo presente no texto, o seu “clima” ou “espírito”. Entretanto, o que o autor chama de “clima” de uma obra não faz parte inerente do texto, mas é uma construção do leitor, arbitrária, socialmente codificada e não preexiste à sua leitura. Há, porém, como constatamos, a necessidade de *declarar* essa recuperação, embora *descrevendo* as transgressões de seu ato tradutório ou *declarando* explicitamente sua infidelidade ao conteúdo do original.

O ato tradutório amoroso e subversivo é declaração recorrente em outros prefácios de edições bilingües. Em *Une Saison en enfer* de Rimbaud (1977), o prefaciador, Alceu Amoroso Lima, comenta a tradução de Ivo Barroso:

Uma tradução admirável. Por mais que ainda venha a ser acompanhada de muitas outras, pois cada um de nós arrasta consigo o grande poeta que admira. E os grandes poetas já não se pertencem. São devorados pelos seus leitores. Existem, por isso mesmo, centenas de Homeros. Como milhares de Dantes ou de Shakespeares. E até mesmo, em claves menores, muitas dúzias de Rimbauds (p.12).

O comentário faz eco a outra concepção teórica dos irmãos Campos (1988): “a minha maneira de amá-los é traduzi-los. Ou degluti-los, segundo a Lei Antropofágica de Oswald de Andrade : só me interessa o que não é meu” (p.7). Embora devorando Rimbaud, Barroso faz uma tradução respeitosa, como *declara* o prefaciador:

A tradução do poema, por Ivo Barroso, foi feita ao mesmo tempo com o maior respeito pelo pensamento do autor, na fidelidade aos mais sutis reflexos de sua expressão verbal, e com a constante preocupação de uma correspondência integral na linguagem vernácula mais depurada (p.13). [...] Por mais difícil que fosse a tarefa, seu tradutor vigilante não permitiu que sua atenção se desviasse, levando-o da tradução à traição (p.14).

Na edição de *Flores das “FLORES DO MAL de Baudelaire”*, de Guilherme de Almeida (1965), verificamos um conflito entre duas *declarações* de fidelidade do tradutor. O título e uma *declaração* nas notas do tradutor, datados de 1943, sugerem que o tradutor assumiu a autoria dos poemas traduzidos, reconheceu como seus versos a tradução dos

versos de Baudelaire: esses poemas “são, de fato, o que “eu” julgo as flores das FLORES DO MAL”. A tradução desses versos veio naturalmente, como comenta Almeida: “à força de dizê-los e redizê-los, citá-los e recitá-los, acabei por me surpreender ouvindo-os de mim mesmo, na minha língua mesma” (p. 139).

Porém, ainda nessas notas, há outras *declarações*, desta vez de fidelidade ao original: “Creio, porém, que o sentido legítimo, intencional - apesar de certa inversão na ordem das palavras - está transposto com honesta exatidão”. Guilherme de Almeida se apresenta como o tradutor que se apropria e re-escreve o texto de Baudelaire, mas de uma forma amorosa, conciliadora e sincera, como *declara*:

Assim, no meu processo de re-criação, não há propriamente luta de poeta contra poeta, de um contra outro idioma: e sim uma automática justaposição, passiva conformação, espécie de “entente cordiale”, de tácita e recíproca sujeição. Daí - porque não houve imposições no escolher, nem conflito no transfundir - talvez o mérito único desta obra: o da bem simples sinceridade (p.139) .

A função amável da tradução é reforçada pela substituição das expressões “tradução” ou “versão” pelo termo “transusão”, mais significativo, segundo Almeida, de suas intenções. O termo remete à idéia de sangue, ou, como esclarece o autor: “de revivificação de um organismo pela infiltração de um sangue alheio, mas do “tipo” igual [...] Ser o veículo dessa transmissão...- A que mais aspirar?” (pp. 139-140).

Vera Mascarenhas de Campos, tradutora dos poemas de Sor Juana Inés de La Cruz (1989), comenta: a “operação tradutória, como instrumento transcriador, valoriza o produto inicial: a luta pela posse das palavras, encetada por Sor Juana, [...] é transferida para o

tradutor que aprende a refalar, após ter aprendido a ler” (p. 232). Citando Rudolf Pannwitz, a autora aponta que o processo transcriador da tradução autoriza a transgressão de normas lexicais, principalmente num texto de ambigüidades tão evidentes como os de Sor Juana. Apesar de transcriadora e transgressora, a tradução pode ser também conciliadora. *Declara* a tradutora:

a tradução é o elemento eleito como ponte, por onde transita a hóstia da comunhão entre os povos, confundidos e afastados pelo acidente babélico. A tradução tenta apagar, portanto, o que sor Juana chama de “dolorosos sinais, as línguas desiguais, os idiomas diversos que espacejam o sociável trato entre as gentes”. Apaga os sinais como diferenças para que se aproxime aquilo que a natureza fez igual: o ser humano e sua produção de poder inefável - a Arte (p.232).

Nos comentários da tradutora de Emily Dickinson (1984), Aíla de Oliveira Gomes, os poemas dessa autora inglesa criam graves problemas para sua tradução, pois apresentam várias alternativas para “palavras, expressões, versos inteiros que, em cópias diferentes, ou à margem de um manuscrito, ficaram como escolhas em aberto” (p. 156). Outra dificuldade em Dickinson é a pontuação singular, difícil de ser estabelecida e conservada, devido aos inúmeros travessões usados pela autora e que, ao mesmo tempo, constitui uma característica importante para a análise e a compreensão de seus poemas. Cada editor fez suas escolhas baseado em opiniões diferentes, de diferentes especialistas na obra da poetisa, o que gerou, naturalmente, diferentes originais dos poemas de Dickinson. Em vista dessas interferências no original, cada poema traduzido vai exigir, como explica a

tradutora: “ um equilíbrio especial entre a fidelidade ao texto e os aparentes afastamentos dele, para melhor aproximação, por meios diversos, de seu significado mais pleno” (p.151).

Para ser coerente com sua *declaração* de fidelidade, as modificações *descritas* são qualificadas de interpretação, mas de interpretação “equilibrada”, que não modifica, mas, ao contrário, aproxima ainda mais os dois textos apresentados nessa edição. Pondera Gomes:

Compreende-se que a pontuação nas traduções possa implicar, em certos casos, uma interpretação; havia-se, porém, de correr o risco, pois, afinal, traduzir é também desvendar um sistema semântico; não é apenas transcrever sinais (p.157).

Como vemos, a tradução criadora, transcriadora ou satânica é entendida, nesses prefácios citados, como uma interpretação do texto de partida, mas uma interpretação angelical, amorosa, respeitosa, equilibrada, conciliadora ou agente da comunhão entre as línguas.

O que possibilita esse paradoxo é maneira como as teorias tradutórias tradicionais, de cunho lingüístico, conceituam interpretação. Segundo Kanavillil Rajagopalan (1992), a lingüística entende o conceito de interpretação, primeiramente, como uma explicação: “um ato de intermediação entre um significado visto como imanente ao texto e o leitor que anseia por atingir esse significado” (p.63). Nas teorias tradutórias de ascendência lingüístico-estrutural, a interpretação tradutória seria a re-apresentação do verdadeiro significado original, o desvendar de uma mensagem do autor, oculta no texto de partida. Essa é, portanto, a visão que embasa as declarações de fidelidade amorosa do tradutor ao conteúdo do poema, ao querer dizer do autor, como vimos nos prefácios citados.

Em segundo lugar, numa visão concorrente mas não conflitante com a primeira, a lingüística conceitua interpretação como um processo de *ampliação* do significado do autor, posterior ao processo de *compreensão*. Rajagopalan argumenta:

Trata-se da idéia de que a interpretação seja um processo de ampliação, de alargamento do significado original, para cuja apreensão tal e qual seria reservado o termo “compreensão”. Ou seja, nessa abordagem, a interpretação sucede a compreensão no sentido de que a primeira se dá a partir do produto da segunda. Desse modo, a interpretação acaba sendo uma atividade em que ao “significado original” são acrescentados novos matizes de significação (p. 64).

Haveria, numa primeira etapa, a compreensão respeitosa e amorosa do texto de partida, recuperando a mensagem ou, como dizem os irmãos Campos, o clima, o *modo de significar* do autor. Numa segunda etapa, aconteceria a interpretação criativa, subversiva, infinita, exigida pelas diferenças entre os sistemas lingüísticos dos dois textos envolvidos. Os prefaciadores, apoiados nesse conceito de interpretação, aceitam as diferenças no texto traduzido, mas sempre organizadas a partir de algo presente no original. Essa conceituação de interpretação, que permite as declarações de fidelidade amorosa/subversiva dos prefaciadores analisados, é baseada na crença de que na parte formal do texto de partida existam marcas coerentes, preexistentes a uma interpretação do leitor ou tradutor, pertinentes para uma suposta compreensão da obra. Isso, no entanto, pode ser contestado. Para Michel Foucault (1987), a tarefa fragmentada e infinita da interpretação significa que não há nada a interpretar; não há, em nenhum texto, algo presente a ser interpretado, ou como coloca o autor:

não houve nunca um *interpretandum* que não tivesse sido *interpretans*, e é uma relação mais de violência que de elucidação, a que se estabelece na interpretação. De fato, a interpretação não aclara uma matéria que, com o fim de ser interpretada, oferece-se passivamente; ela necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo (pp. 22- 23).

A possibilidade de declarar uma tradução respeitosa e transgressora ao mesmo tempo apóia-se também na existência de uma “materialidade do texto de partida”. O tradutor aproxima-se, com respeito, das palavras impressas e, como essa “materialidade” do original não pode ser transportada sem perder sentido, acontece a tradução como transformação criativa. Entretanto, essa “materialidade”, que parece tão evidente pela presença do “objeto da tradução” numa edição bilíngüe, é construída (sempre provisoriamente) durante uma leitura/interpretação, e não passa, para nossa consciência, a não ser por intermédio da linguagem. Como enfatiza Jonathan Culler (1983), comentando a relação sujeito/objeto que se estabelece durante a leitura:

Interpretação é sempre interpretação de alguma coisa e essa “coisa” funciona como objeto numa relação sujeito-objeto, embora possa ser entendida como o produto de uma interpretação prévia (p.74).

Podemos concluir que o tradutor leva sempre em conta a materialidade do texto de partida, construída pela sua interpretação regrada do original, dentro dos limites (sempre ultrapassados) do jogo de interpretação. Essas regras são constituídas pelo nome do autor, público visado, época em que foi escrito o texto, outras traduções ou comentários feitos previamente por outros tradutores e pelos pressupostos que, consciente ou

inconscientemente, presidem à leitura do tradutor. O tradutor constrói, com rigor e amorosamente, um texto de partida, com o qual assume um compromisso e a quem *declara* sua fidelidade.

As contradições revelam, ao mesmo tempo, a necessidade de utilizar a oposição recuperação/subversão e a impossibilidade de lhe fazer crédito. Esse jogo duplo de amor e rebeldia não se deixa explicar facilmente e anuncia que a declaração de harmonia com o querer dizer do autor é um desejo do tradutor, não uma realidade ou *possibilidade*, como quer Steiner. A tensão gerada pelas contradições revela também que os tradutores, mesmo sem se darem conta, resistem às teorias tradutórias que simplificam a questão da fidelidade, subordinando o texto de chegada ao de partida. É nesse ponto de resistência dos tradutores, nessa brecha, que transparece o jogo duplo de fidelidade e infidelidade, de rebeldia e amor, “dupla exigência simultânea, dupla postulação contraditória, dupla obrigação” (cf. Derrida, 1988, p. 48-49), que será articulado pelas teorias pós-estruturalistas e, sobretudo, pela noção derridiana do *double bind*, que discutirei na parte final deste trabalho.

3. A relação amor/ódio com a língua materna

O encontro de duas línguas nas edições bilíngües é exemplar na análise da relação ambígua que se estabelece entre o sujeito e sua língua materna. A esse respeito, comenta Claude Lévesque (cf. Derrida, 1982):

Uma língua não pode se constituir como tal a não ser em virtude de uma catástrofe original, de uma separação violenta da natureza, de uma queda mortal e infinita que nos afasta para sempre, desde sempre, da mãe, de qualquer mãe, destinando-nos à estranheza do que é sem pátria, sem limites assinaláveis, sem origem e sem fim (p.190).

Essa tensão é mais aparente e se reveste de maior intensidade na tradução, pois assume uma forma explícita, projetada externamente num texto de chegada. Barbara Johnson (1985) comenta que o tradutor, por sua promessa de fidelidade nunca cumprida, está fadado a ser bigamo, leal, ao mesmo tempo, à língua estrangeira e à língua materna. Essa dupla infidelidade, no caso do tradutor, toma um aspecto incestuoso, pois, através da tradução, “renovamos nossa intimidade de amor-ódio com a língua mãe” (p.143).

A relação ambígua com sua língua leva muitas vezes o tradutor a privilegiar o primeiro termo da dicotomia língua estrangeira/língua materna. Berman (1984) comenta a hierarquização da língua estrangeira em relação à língua do tradutor:

De fato, uma das experiências primeiras de todo tradutor não é que sua língua parece desarmada, pobre, face à riqueza linguageira da obra estrangeira? A diferença das línguas - outras línguas e a língua própria - é aqui hierarquizada. Assim, o inglês ou o espanhol serão, por exemplo, mais “dóceis”, mais “concretos”, mais “ricos” que o francês! Essa hierarquização não tem nada a ver com uma constatação objetiva: dela parte o tradutor e é ela que encontra na sua prática, é ela que o tradutor não cessa de reafirmar (p.22).

Na maioria dos prefácios analisados, a língua portuguesa é *declarada* inadequada e pobre, perante as riquezas da outra língua. Desta forma, a impossibilidade da tradução e a infidelidade do tradutor são causadas pela incompetência da sua língua materna, incapaz de providenciar todas as palavras necessárias à sua tarefa. Quando se trata de opor a língua portuguesa ao latim, a relação parece ainda mais complicada pois estão em questão não só as diferenças entre as línguas envolvidas, mas a pureza da língua-mãe, a pureza da origem.

Nas notas acrescentadas à edição de 1858 dos poemas de Virgílio, traduzidos por Manuel Odorico Mendes, o comentarista Sotero dos Reis *declara*:

a língua portugueza aposta com a latina primores de concisão, clareza, flexibilidade, graça, galhardia, força, riqueza e pompa, senão pela ventura de harmonia e majestade, em que também a não igualão, nem a língua de Dante, de Petrarca, de Ariosto e Tasso [...], nem a de Lope da Vega, de Alonzo de Ervilla e de Cervantes (p.797).

No entanto, duas páginas depois, após comentar os méritos e os defeitos da tradução de Odorico, Reis faz outra *declaração*:

Desenganemo-nos de uma vez por todas; por mais rico que seja, ou nos pareça o portuguez, nunca poderá, sem soccorrer-se a grandes e frequentes empréstimos, reproduzir uma por uma todas as bellezas das obras primas dos grandes poetas da antigüidade compostas em latim (p.799).

O jesuíta A. Cardoso, comentando sua tradução dos versos de Anchieta (1940), *declara*: “o humilde tradutor do Poema da Virgem, apesar de todos os seus esforços, para

que negá-los?, não conseguiu bastas vezes trasladar para o português a propriedade, a harmonia, a força dos hexâmetros e pentâmetros de Anchieta” (p.46). Quarenta anos depois, em 1982, a mesma hierarquização do latim ressurgue nos comentários do editor de *Carmina Drummondiana* (Almeida, 1982), edição comemorativa dos 80 anos de Drummond: a tradução, para o latim, de Silva Bélkior, verte “os poemas do hoje para o ontem, da filha para a mãe, da língua portuguesa para o Latim, quiçá do transitório lingüístico do agora para a perenidade do sempre” (p.8). Nota-se que “Latim”, com maiúscula, ao contrário de “língua portuguesa”, reforça uma suposta superioridade da língua estrangeira.

Articulando-se com a hierarquização da língua de partida, alguns prefácios anunciam que o objetivo da presença dos dois textos é levar o leitor até o original, não para que ele tenha o prazer de ler a obra em suas variantes lingüísticas, mas porque na página ao lado é que se encontra a verdadeira obra de arte. No prefácio de *A arte de amar*, de Ovídio (1992), Zélia de A. Cardoso comenta que o objetivo dessa edição é despertar o interesse do leitor, “fazendo-o voltar-se para o texto original, apresentado, na atual edição, ao lado do poema traduzido. É na obra de Ovídio, em latim, que está a verdadeira criação poética” (p.15).

Da mesma forma, Augusto de Campos (1986) aponta que o resultado de sua tradução dos poemas de e.e.cummings fica muito aquém do original, e acrescenta : “mas talvez até contribua, por comparação - e isso o justifica - para realçar-lhe a perfeição e demonstrar a excelência dos achados cummingseanos” (p.31). Eliane Zagury, no prefácio de *Antologia Poética - Pablo Neruda* (1979), afirma que sua intenção é “aproximar mais o

leitor do texto original, fazê-lo sentir diretamente a comunicação poética de Pablo Neruda” (p.22).

Em *As Canções de Bilitis* (Louys, 1994), Tejo Damaceno Ferreira revela que seu trabalho não pretende ser uma tradução literária das “Canções”. O tradutor continua:

ele deverá apenas servir de guia para um melhor entendimento da obra - por isso se apresenta ao lado do original francês. De resto, a obra poética não deveria ser jamais traduzida, a não ser desta forma, a fim de sempre preservar a musicalidade, as imagens, e as metáforas criadas pelo Autor, em seu idioma (p.X).

Esse reiterado apelo à poeticidade do texto de partida reflete o pensamento metafísico ocidental da presença de um significado estável colocado no texto pelo autor. E o fato de a tradução, como declaram os tradutores citados, não recuperar uma poeticidade originária, configura uma constante desvalorização da língua materna e da tarefa do tradutor. Quando partimos de uma visão tradicional da tradução, que coloca o texto traduzido sempre numa situação secundária (nos dois sentidos do termo), a língua do original, a “primeira”, nos parecerá mais melodiosa, mais poética, mais rica em imagens do que a nossa, porque partimos de algo já sacralizado. No entanto, podemos entender a sacralização da língua de partida como um processo que surge do próprio ato tradutório, do fato de haver uma tradução que coloca um texto na posição supostamente privilegiada de original.

Uma abordagem tradicional de tradução organiza um corpus teórico em torno de dicotomias: original / tradução, autor / tradutor, conteúdo / forma, recuperar / recriar. Segundo

Derrida, a problematização de uma dicotomia passa primeiramente por um movimento de inversão, quando o termo considerado “inferior” ocupa, em dado momento, a posição “superior”, demonstrando com isso a relatividade da hierarquização de um dos termos da dicotomia em questão. Os prefácios apresentados a seguir perfazem essa inversão, declarando a língua de chegada capaz de recuperar a forma, o conteúdo do original, o estilo, a intenção do autor e o clima em que foi escrito o poema. Assim, a “superioridade” da língua materna possibilita o trabalho de um “super tradutor”, aquele que compõe um texto de chegada que supostamente recuperaria, com fidelidade, todas as qualidades “presentes” no texto de partida.

Manuel Bandeira, no prefácio de *Festas Galantes* (Verlaine, 1983), comenta que a tradução de Onestaldo de Pennafort recupera verso a verso, rima a rima, no mesmo ritmo, com as mesmas sílabas métricas e o mesmo número de versos, os 22 poemas do livro de Verlaine. Da mesma forma, na orelha de *Grandes Vozes Líricas Hispano-Americanas*, lemos o comentário sobre o trabalho de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1990): “somente quem tenha a poesia no sangue [...] consegue trazer para o português, com a máxima das perfeições, respeitando forma, técnica, ritmo, métrica, estilo e inspiração”, esses poemas em espanhol.

Antônio Houaiss, no prefácio de *Sonnets/Sonetos* de Shakespeare (1972), esclarece que há traduções que são fiéis ao dito “traduttore traditore” e outras que são obras de amor. E prossegue: “Uma tradução de amor é a que se consome na busca de uma estrutura de valores, elementos, pertinências e funções equivalentes aos do original”. O objetivo dessa edição bilíngüe não é somente mostrar que a tradução em português, por cotejo, era

significativamente fiel ao inglês. Houaiss explicita: “Quis-se mais: quis-se mostrar que o era a um tempo significada, significante, expressiva, isotopicamente”, levando o leitor a comprazer-se em admirar os “prodígios de correspondência ou compensações isotópicas que foram consumados na transfusão tradutora” de Ivo Barroso (Shakespeare, 1972).

Por sua vez, Onédia de Carvalho Barbosa (1974), teorizando sobre tradução em *Byron no Brasil*, conclui que a transposição criativa dá maior amplitude à questão da fidelidade e esclarece que:

não se trata de transpor apenas o contexto da mensagem ou de ser simplesmente fiel aos dois idiomas, atentando para suas semelhanças e diferenças estruturais no plano da fonologia, morfologia e sintaxe, mas de se manter fiel ao estilo e à intenção do autor e à estrutura formal e ao tom de sua obra, para que essa, transposta e recriada em outro idioma, não perca aquele efeito singular e único que a caracteriza e que resulta do íntimo casamento de seu conteúdo e de sua forma, para usarmos os termos da velha distinção (p.29).

A relação amorosa com a língua materna, problematizada pelo contato com a outra língua, pode adquirir uma intensidade maior, que chega até a se exprimir em termos sensuais. No prefácio das *Flores das “FLORES DO MAL”*, Guilherme de Almeida declara seu extremado amor à língua pátria:

de que gosto de gostar, sensorialmente até, como de uma mulher se gosta, orgulhoso e ciumento dos segredos das suas formas e dos seus pensamentos; o meu enamorado enlevo por esta dócil, versátil, capacíssima língua nossa,

de pequeno curso e grandes recursos, que tão bem sabe dizer, e de que tanto mal se diz (p.140).

O tradutor chega a indagar se não teria sido nesta “nossa tão viajada língua”, que andou por inéditos mares e anônimas terras, que Baudelaire gostaria de ter escrito alguns de seus tórridos versos. E, continuando, dedica seus poemas:

*À doce dona dos meus lábios
Senhora de todas as minhas palavras
E pois de todos os meus sentimentos
e pensamentos
À que é minha rainha e escrava
- Rainha que amo e escrava que castigo -
À bela e rude
Língua Portuguesa
Com humildade e orgulho
Dedico
Estas doentias flores alheias que tentei fazer suas .*

O amor à língua materna é reforçado pela capacidade do tradutor de recuperar com exatidão as palavras de Baudelaire. Nos comentários sobre a tradução de “Bénédiction”, Almeida confirma a “transmissão” ou “transusão” perfeita entre autor e tradutor. Segundo ele, o verso: “*Puisqu’il me trouve assez belle pour m’adorer*” foi traduzido, “instintivamente”, por uma composição diferente: “*Se ele acha que sou bela e quer idolatrar-me*” (p. 142). Posteriormente, o tradutor verificou, com surpresa, que na edição princeps de 1857, esse verso aparecia como ele o tinha traduzido: “*Puisqu’il me trouve belle et qu’il veut m’adorer*”.

Ainda dentro da hierarquização da língua materna do tradutor, e contrariando a regra geral, algumas traduções foram consideradas, em determinadas épocas, “melhores”

que os originais. Berman (1984) cita, como exemplo, a tradução de Shakesperare em alemão, a dos poemas de Jules Supervielle por Paul Celan, a de Poe por Mallarmé. No prefácio de *Transblanco - Octávio Paz e Haroldo de Campos* (1986), são reproduzidas cartas do autor para o tradutor. Paz observa:

Lí e reli sua admirável tradução. Estou de fato comovido. Não só é muito fiel mas, ainda, por vezes, o texto em português é melhor e mais conciso do que o espanhol. Você conseguiu recriar não só o sentido do poema, mas também o movimento. Quanto ao ritmo [...] pareceu-me que você conseguiu reproduzir a polimetria do original. Também é notável - outra proeza - que você tenha encontrado as equivalências das aliteraões, paronomásias e outro ecos verbais (apud Campos, p. 119).

Essas *declarações* dos prefaciadores alçam a língua materna dos tradutores a uma posição superior à do original, abalando o prestígio dominante do texto de partida. Os limites absolutos entre os sistemas lingüísticos envolvidos numa tradução e a hierarquização de uma das línguas em detrimento da outra possibilitam a posição contraditória dos tradutores e, ao mesmo tempo, colocam em questão o sistema dicotômico no qual funciona a própria contradição. Ottoni (1997b), a partir da noção de traduzível/intraduzível de Derrida, esclarece que, ao traduzir, o sujeito se situa “entre” as diferenças de dois sistemas lingüísticos e no “meio” das várias línguas que compõem as línguas envolvidas na tradução. E continua:

Estar neste “meio”, neste “duplo” papel em que se encontram o tradutor e o leitor, é um fenômeno decorrente não só porque há diferença lingüística

entre as línguas, como também porque há *diferença de sistema de línguas inscrita numa só língua* (p. 23).

Não se trata, evidentemente, de conservar a dicotomia língua estrangeira/língua materna, colocando o segundo termo no lugar de superioridade. Essa inversão indica que, se qualquer uns dos termos pode ocupar a posição superior, toda hierarquização, seja ela da língua de partida ou da de chegada, não está baseada numa verdade, mas num pressuposto teórico. Na maioria dos prefácios analisados, construídos a partir de teorias tradicionais, os tradutores *declaram* a superioridade do original ou privilegiam a origem e a presença ao *declararem* a volta ao texto-fonte como o objetivo principal de uma edição bilíngüe. Essas declarações são coerentes com um sistema teórico que coloca a tradução como recuperação dos significados presentes no texto. Em outros prefácios, temos uma *declaração* contrária, e a língua materna parece superior ou igual na sua capacidade de recuperar a poeticidade do querer dizer do autor. Esses prefácios, considerados no seu conjunto, problematizam a relação língua estrangeira /língua materna e revelam o desejo por uma origem pura e um significado presente no original ou pela idéia reconfortante de uma tradução recuperadora desse significado.

A análise de Derrida, que desconstrói os textos filosóficos revelando seus argumentos ou identificando os pressupostos que os embasam, não aponta erros ou ingenuidades dos autores em questão. A ingenuidade estaria em supor que o sujeito possa controlar de forma absoluta do seu próprio discurso. Os autores, assim como os tradutores analisados, são, ao contrário, atentos e reveladores nas suas declarações contraditórias. Nesses momentos aporéticos, os tradutores dizem, sem saber ou sem querer dizer, que há

algo mais em jogo, algo que não pode ser descrito simplesmente como língua materna ou língua, original ou tradução, autor ou tradutor.

Como comenta Culler (1983), quando Derrida argumenta que Rousseau *declara* o que quer dizer e *descreve* o que não quer dizer não está identificando falha alguma nesse texto. A leitura desconstrutivista reconhece nesses textos algo que é melhor denominado conhecimento do que ignorância (cf. p.183). Dentro da mesma linha de pensamento, Simon Critchley (1992) aprecia a análise de Derrida nesses termos: “Derrida não está exatamente falando *contra* Rousseau; está falando *por* ele”(p.55, nota 33).

Da mesma forma, não pretendo apontar erros, mas pontos tensionais que resistem às teorias tradicionais de fidelidade e prefiguram a necessidade de novas formas de relacionar o texto de partida ao de chegada. As declarações contraditórias dos tradutores anunciam essa necessidade, acrescentam aos prefácios uma ambigüidade, um jogo duplo inerente a todo ato tradutório. Devemos ter em conta também que o que é desconstruído em qualquer análise não é o texto em si, mas a forma como ele é lido, uma estrutura significativa produzida pela interpretação do analista. Assim, comentando a desconstrução do *Essais*, de Man (1989) esclarece: “...seja o que for que aconteça em Derrida, acontece entre ele e o seu próprio texto (p.150).

Apontar e analisar a tensão entre o *declarado* e o *descrito* é acrescentar alguma coisa ao prefácio que desfaz a tentativa de fazer da tradução um momento harmonioso ou fiel na relação entre tradutor e autor, entre original e tradução. O discurso do prefaciador se desfaz por si mesmo revelando, nesses momentos de aporia, os pressupostos que embasam suas declarações conflitantes e, conseqüentemente, o esgotamento das teorias tradicionais no tratamento da questão da fidelidade.

CAPÍTULO III

POR QUE É NECESSÁRIO *DECLARAR-SE FIEL*?

1. “Traduttore traditore”

A tensão criada pela necessidade do tradutor de *declarar* sua fidelidade ao original ao mesmo tempo em que *descreve* as infidelidades inevitáveis do seu ato sugere que, nos prefácios, algo resiste à redução da questão da fidelidade a um jogo de semelhanças e diferenças em relação a uma pretensa mensagem presente no texto de partida. O tradutor tenta conciliar seu ato criativo com a exigência de fidelidade ao original, para ter seu trabalho reconhecido como uma tarefa de tradução, ou seja, de suposta proteção dos significados do autor. Os tradutores querem salvar, ao mesmo tempo, tudo o que, desde Cícero, fez parte das teorias de tradução: uma origem pura do texto; a paternidade absoluta do autor; a presença, no texto, de uma mensagem transcendental, livre dos abismos da linguagem; a possibilidade de um conteúdo separado da forma, podendo ser transportado para outro sistema lingüístico. Mas também não podem deixar de assinalar as diferenças, colocadas à disposição dos leitores nessas edições, que deslocam esses conceitos tradicionais. Os prefácios, portanto, decompõem essas duas possibilidades (a de recuperação e a da diferença) em dois momentos distintos : o da *declaração* e o da *descrição*, tentando conciliar seu ato criativo com a necessidade de proteger os significados supostamente depositados no texto pelo autor. Essa difícil conciliação é, entretanto, coerente com o pensamento logocêntrico dominante no mundo ocidental e,

conseqüentemente, com o sistema que governa os estudos tradicionais de tradução e com a imagem negativa do tradutor construída pela nossa cultura.

Partindo do pressuposto de que a mensagem colocada no texto pelo autor é passível de ser, pelo menos em parte, resgatada e protegida, o tradutor assumiu o *compromisso* de efetuar essa preservação, para estar de acordo com as teorias tradutórias de sua época. Apesar de *declarar* explicitamente sua fidelidade, como vimos nos prefácios, a figura do tradutor é tradicionalmente rebaixada e ligada à de um traidor, como provam a própria etimologia da palavra e as constantes referências ao adágio italiano “traduttore traditore”. É oportuno, portanto, buscar em dicionários de latim as palavras que se cruzam etimologicamente com a palavra tradução, para apreciar a ligação, tão recorrente na nossa cultura, entre o tradutor e o traidor.

No *Dicionário Latino-Português* (Cretella, 1950), nos verbetes relacionados com “traidor, oris”, além do significado de “entregar”, “transmitir”, “comunicar de um lado para outro”, encontramos: “trair”, “infamar”, “desacreditar”, “passar da ordem dos patrícios para a ordem dos plebeus”⁸.

No dicionário *Magnum Lex. Latino-Lusitanum* (sem referências), também encontramos a ligação etimológica entre tradutor e traidor. “Degradar”, “trazer por força”, “desacreditar”, “expor à zombaria”, estão presentes ao lado dos significados usuais de

⁸ “Traditor, oris”: o que entrega, o que ensina, e, segundo Cornelius Tacitus, o traidor.

“Trado (Transdo), is, didi, ditum, ere”: esse verbo tem os significados de dar, entregar, transmitir, transpassar, comunicar de um lado a outro e também, segundo Claudius Claudianus, trair.

“Traduco e transduco, is, xi, ctum, ere”: transferir, transpassar, conduzir, levar de um lugar para outro, passar além, traduzir, verter em outra língua, usar metáforas. Segundo T. Petronius Arbiter, autor do “Satiricon”, significa também infamar, desacreditar.

“Traductio, onis”: tradução, transladação, passagem de um lugar para outro. Sêneca utiliza o termo no sentido de difamação, irrisão, escárnio.

“Tradutor, onis”: o que faz passar da ordem dos patrícios para a ordem dos plebeus.

“entregar”, “ensinar” e “transportar”. Para Sêneca, o termo “*Transductio, onis*” significaria: “a difamação, irrisão, o *scarneo*”⁹.

Como vemos, a palavra tradutor se produziu no rastro de uma longa história de conotações pejorativas que reforçaram a relação entre traduzir e trair, com a conseqüente desvalorização do ato tradutório. O tradutor não somente transporta algo de uma língua para outra, mas também difama e desacredita o que transporta; usa de força para rebaixar o texto “da ordem dos patrícios para a ordem dos plebeus”; expõe seu trabalho “à zombaria e ao *scarneo*”.

Não é de se admirar, portanto, que o provérbio “*traduttore traditore*” seja destacado por vários autores, além de ter sido citado nas entrevistas e nos questionários utilizados nas pesquisas iniciais deste trabalho. Berman (1984), comentando a condição servil atribuída à tradução em nossa cultura, chega a indagar por que, depois de tantas obras primas, de tantos sucessos, “o adágio italiano “*traduttore traditore*” pode ainda funcionar como um juízo final sobre a tradução?” (p 15).¹⁰

No *Novo Dicionário Encyclopedico Ilustrado da Língua Portuguesa* (Fonseca 1926), encontramos o verbete: “*Traductor, Traidor*. Aplica-se á infidelidade inevitável das

⁹ “*Traditor, oris*”: o que entrega, o que ensina, e, segundo Tacitus, o traidor.

“*Traduco e transduco, is xi, ctum, cere*”: o gramático Gellius usa o termo no sentido de traduzir, usar metáforas. Cícero utiliza como transferir, transportar, levar de um lugar para outro, conduzir, e também no sentido de mudar, converter, atrair, trazer por força, degradar, excluir alguém da nobreza. Em Petronius, infamar, desacreditar.

“*Transductio, onis*”: para Cícero, a passagem de um lugar para outro. Para Sêneca, “a difamação, irrisão, o *scarneo*”.

“*Transductus e Transduttur*”, como é usado por M. Junianus Justino, significa exposto à zombaria.

¹⁰ O adágio “tradutor traidutor”, como é traduzido por Paes (1990, p.111), é citado pelos teóricos Aubert (1993,p.13), Laranjeira (1993,p.33), Rónai (1976,p.8), Campos, H. (1967,p.37), Arrojo (Jobim, 1992, p.420). Por Houaiss, no prefácio de *Sonetos de Shakespeare*; por Cardoso, tradutor de Anchieta, no prefácio da edição de 1940. Borges comenta “el consabido adagio italiano” em “*Las Versiones Homericas*”, assim como Derrida (1982, p.127), Longland (1966), Mahony (in Derrida, 1982, p.127) e Robinson (1991, p.58).

traduções”. A utilização do adjetivo “inevitável” constitui uma boa surpresa, em meio a tantas condenações, inevitáveis, do ato tradutório. As referências mais antigas datam de 1853, citada por Trench (Stevenson, 1948), e de 1721, localizada no *Vocabulário Portuguez e Latino* (1721) do Padre D. Raphael Bluteau, onde lemos:

Tradutôr: o que traduz qualquer cousa de hua lingoa em outra. Não tem razão os que delprezão o trabalho de hum bom traductôr. Parece esteril a penna, que na exposição de obras alheyas se occupa; mas não deixa de ser fecunda, porque com ella o engenho do Traductôr dà muito do seu na combinação de hua lingoa com outra, & he preciso que sayba igualmente bem dous idiomas, para em hum delles dar ao Autor hua nova vida. O Italiano chama ao Traductôr, Traidor, Traduttore Traditore, mas o Traductôr fiel, não he Traidor; a muitas nações dà em cada palavra provas authenticas da sua fidelidade. Se as traduções não dessem credito, pouco se teria acreditado o Doutor Maximo, o Interprete das Biblias, & oraculo das Escrituras sagradas S. Jeronymo (p.234).

As palavras do Padre Bluteau, ao mesmo tempo que atenuam as críticas e enfraquecem o provérbio italiano, resguardam a possibilidade do tradutor fiel, aquele que, como S. Jerônimo, protegeria a palavra sagrada das escrituras, idéia indispensável para a difusão da Bíblia entre os diversos povos. A suposta pureza e estabilidade da mensagem contida no texto articulam teologia e tradutibilidade, a enunciação humana e o Logos Divino. Como afirma Robinson (1991): “Se não fosse assim, não teríamos acesso à verdade de Deus; teríamos somente aproximações humanas variadas ou interpretações dessa

verdade” (p.4). Podemos mesmo dizer que teologia é tradução, no sentido tradicional de recuperação de uma mensagem transcendental colocada pelo Autor no texto original.

Para Derrida (1982), a tese da tradutibilidade, da possibilidade de se transportar um conteúdo semântico para outra forma significante, é a tese da filosofia. Ele pergunta: “o que diz um filósofo quando é filósofo? Diz: o que conta é a verdade, ou o sentido, e o sentido está antes ou além da língua, conseqüentemente, ele é traduzível”. A filosofia ocidental, ainda segundo Derrida, define-se como projeto de tradução, como fixação de um certo conceito de tradução e sua história exige, fundamentalmente, a presença de um significado transcendental independente da língua, resguardado no texto traduzido. Derrida continua:

Só há filosofia se a tradução nesse sentido é possível, portanto, a tese da filosofia é a tradutibilidade, a tradutibilidade no sentido corrente, transporte de um sentido, de um valor de verdade, de uma linguagem na outra, sem dano essencial. Portanto, a passagem, o programa de tradução, a passagem à filosofia, no meu espírito, era isso: a origem da filosofia é a tradução, a tese da tradutibilidade, e em toda parte onde a tradução, nesse sentido, é derrotada, não é nada menos que a filosofia que é derrotada (p. 159-160).

Além de ser indispensável para o projeto filosófico e religioso, a necessidade de postular a presença de uma mensagem inerente ao texto reflete o medo da proliferação desordenada do significado. *Declarando* a possibilidade de fidelidade estaríamos nos defendendo de uma disseminação dos enunciados que supostamente nos levaria ao caos lingüístico. Sob a aparente veneração do discurso, segundo Foucault (1996), esconde-se uma espécie de temor. Constata o filósofo:

Há, sem dúvida, em nossa sociedade [...], uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (p. 50).

As *declarações* de fidelidade dos tradutores denotam o anseio por um significado transcendental, por uma verdade universal que sobreviva, intocável na sua “essência”, às transformações ocorridas durante o ato tradutório; por outro lado as *descrições* e outras *declarações* de infidelidade, restituem ao texto traduzido o seu caráter contingente, de acontecimento localizado no tempo e no espaço.

Podemos também considerar esse constrangimento, de ter de se *declarar* fiel, de um ponto de vista psicanalítico. O objetivo deste trabalho não é analisar o processo tradutório a partir da psicanálise, mas fazer algumas reflexões sobre o porquê da resistência, por parte do tradutor, em assumir a autoria do texto traduzido e da culpa surgida desse ato. Para tanto, vou me apoiar em Arrojo (1993), que examina as relações entre autor e tradutor, leitor e texto, tradução e original, a partir da reflexão desconstrutivista e de algumas noções básicas da psicanálise freudiana. Para a autora:

tanto a psicanálise quanto a desconstrução se encontram naquele espaço tão cuidadosamente sonhado por Nietzsche, em que se permite ao ser humano não apenas desistir do sonho de ser divino e aceitar sua condição, como também e, talvez principalmente, assumir o enorme poder que ignora deter em suas próprias mãos (p.10).

Segundo a análise de Arrojo, o ato tradutório acontece dentro e a partir de uma relação de poder, e o tradutor encontra nas reivindicações de fidelidade um refúgio do sentimento de culpa criado pela sua apropriação violenta e inevitável das palavras do autor. Prossegue a autora:

Dividido entre o tributo que precisa e quer prestar ao autor/pai e o desejo de se apropriar do seu direito de produzir significados, o tradutor parece encontrar em sua reivindicação de fidelidade um refúgio da culpa que lhe permite não apenas ocupar a posição privilegiada do autor, mas, também, declarar sua humildade e o reconhecimento de seu lugar de filho e sucessor (p. 36).

Assim, podemos afirmar que essa situação conflitante e violenta de dívida e culpa “exige” uma *declaração* de fidelidade por parte do tradutor, o que supostamente o protegeria da indesejada posição autoral que transparece nas suas *descrições*. A *declaração* de fidelidade nos prefácios mascara o desejo do tradutor de ocupar o lugar de autor do texto em questão e coloca a tradução como uma versão do “romance familiar” que, como explica Arrojo: “se repete em cada relação que se pode estabelecer entre um sujeito e um objeto, um leitor e um texto, um tradutor e um autor” (p.47).

Entretanto, como foi comentado anteriormente, a articulação da desconstrução com a psicanálise não toma a forma de uma aliança, embora se possa afirmar, segundo Bennington (1991), que “no conjunto dos textos de Derrida, fala-se muito mais de psicanálise do que de lingüística propriamente dita”(p. 128). Todos os conceitos de Freud, ainda segundo Bennington, pertencem à história da metafísica, o que equivale a dizer, ao

logocentrismo, o que torna a psicanálise passível de ser também desconstruída pela reflexão derridiana (cf. p. 129).

A impossibilidade de atingir e proteger a mensagem do original não é uma questão restrita ao ato tradutório, mas é inerente a todo ato de comunicação mesmo dentro de uma mesma língua. Comentando a tradução da palavra ‘khôra’, Derrida (1995) afirma que “uma tradução parece, é claro, estar sempre em ação, quer *na* língua grega, quer *da* língua grega para uma outra. (...) Pensar e traduzir estão aqui submetidos à mesma experiência” (p.16).

Uma forma de tradução acontece, portanto, em todos os atos de comunicação, de apreensão do mundo, de articulação do tecido de interpretações que constituem a realidade na nossa consciência. Isso não significa, entretanto, um relacionamento passivo com a tradução: nós construímos o mundo a partir de “uma” tradução, sem jamais construir “a” tradução definitiva, o mundo verdadeiro, pois a tradução não cessa de se renovar, de se modificar dentro dos espaços abertos pelo contexto cultural onde está imerso o sujeito tradutor.

De um modo geral, a cena de apropriação culposa por parte do tradutor e a negação desse ato, descrita por Arrojo, é colocada no centro do palco numa edição bilíngüe. Apesar de precedida, no prefácio, de uma *declaração* de fidelidade, a apresentação dos dois textos nega justamente a proteção dos significados supostamente depositados no texto de partida, já que o confronto entre original e tradução deflagra que o poema traduzido não é o mesmo poema que se encontra ao lado.

2. Os prefácios mais recentes

O que os prefácios analisados até agora têm em comum? Uma confiança recorrente na dicotomia forma/conteúdo; a noção de interpretação como recuperação respeitosa; as diferenças entre texto A (de partida) e B (de chegada) organizadas em torno de perdas e ganhos em relação a um original estável. Ou seja, a necessidade de mostrar, de alguma forma, seja pela *declaração* seja pela *descrição*, que sua tradução é fiel. Essas questões recorrentes nos prefácios dependem, todas, da noção de presença, desdobrada em equivalência entre experiências estéticas e lingüísticas ou entre funções literárias, mas sempre dentro de um enquadramento que presume a recuperação do original e sua reapresentação em outro sistema lingüístico.

Podemos verificar, pela análise de alguns prefácios mais recentes, que as mudanças introduzidas pela reflexão pós-estruturalista no pensamento ocidental influenciam as teorias de tradução no Brasil, problematizando conceitos sedimentados há muito tempo entre nossos tradutores. Como afirma Arrojo (1992):

Nosso combalido mundo acadêmico, em grande parte ainda imerso nas ilusões de sistematização prometidas por um estruturalismo de vocação positivista, tem, entretanto, em pequena escala e em momentos isolados, acolhido outros teóricos que, com Derrida, são rotulados de “pós-estruturalistas” (p. 10).

Por volta dos anos 60, surge no mundo ocidental uma nova maneira de pensar que investiga questões que se tornaram problemáticas na nossa cultura, sem recorrer ao

pensamento linear, hierárquico, holístico e teológico do Iluminismo. Segundo Racevskis (1993):

Testemunhamos a emergência de discursos críticos que repercutiram de formas variadas: podem soar apocalípticos ou esperançosos, podem parecer niilistas ou utópicos, e podem trazer à tona reações contraditórias, às vezes entusiásticas, às vezes violentamente negativas (p.IX).

As reações exacerbadas demonstram a importância dessa nova orientação na maneira de entender e avaliar aspectos culturais de nossa época. Essa nova maneira de pensar, que chamamos de pós-moderna ou pós-estruturalista, cruza-se, em alguns pontos, com os estudos de tradução que se desenvolveram por volta de 1980. Segundo Berman (1984):

no século XX, a tradução entrou no horizonte filosófico como uma *questão* explícita e crucial com pensadores tão diferentes como Wittgenstein, Karl Popper, A. Quine, Heidegger, Gadamer e, mais recentemente, Michel Serres e, sobretudo, Jacques Derrida (p.295).

A desconstrução do sujeito cartesiano, que expõe a impossibilidade de um indivíduo autônomo, coerente, livre das circunstâncias históricas e sociais, ecoa na impossibilidade de um tradutor invisível, produtor de um texto de chegada que recupere sem interferências as intenções do texto original. O pós-estruturalismo faz uma crítica da linguagem, não mais refletora fiel da realidade, mas constituída de significantes, cujos significados serão sempre diferidos e diferenciados; significantes que não apenas retratam o mundo, mas o constroem. Assim, a tradução passa a ser reconhecida como criadora de significados, construtora de interpretações possíveis para o texto e não somente decodificadora inócua

da linguagem do texto de partida. A desconstrução do significado estável, inerente ao texto, problematiza o mito da fidelidade ao texto original e transforma toda interpretação num ato violento de apropriação. Dessa forma, a premissa fundamental das Teorias de Tradução, construída a partir dessas reflexões, passa a ser a de que o tradutor não é um filtro neutro por onde passa o original, e, sim, o agente de um ato essencialmente criativo, violento e renovador. Arrojo (1992b) observa:

Ao renunciar à sua posição de “remendo”, a tradução perde também sua inocência e pode começar a prestar atenção, por exemplo, às motivações que sublinham o tipo de intervenção que realiza nos textos que escolhe transformar e disseminar (p.437).

O confronto com o pensamento pós-estruturalista dissolveu as certezas de fidelidade do tradutor e possibilidade de sistematizar essa fidelidade, criando espaço para novas teorias e novos objetivos na pesquisa sobre tradução. Entretanto, a constituição de uma nova teoria tradutória não se dá pela substituição abrupta de teorias tradicionais, mas sim através de um processo vagaroso, no qual novas formas de apreciar a tradução vão paulatinamente substituindo as antigas. É também necessário observar que, numa visão pós-estruturalista, nunca é questão de substituir uma visão “errada” por uma visão “certa”, mas sim de abalar pretensas verdades arraigadas na nossa cultura, mostrar os pressupostos que as embasam e produzir novas configurações.

As mudanças nos prefácios, embora gradativas, não são sutis nem pequenas e demonstram que o que sempre foi aceito como evidente e correto tornou-se problemático, limitador e despertou os tradutores para uma inquietação acerca de sua tarefa. O ato de traduzir, abalado pela desconstrução da estabilidade do texto original, pela desconstrução

do sujeito cartesiano e pelo conceito de compreensão como interpretação, passa a ser visto como um processo de transformação, mas ainda como transformação de algo presente no texto original. Podemos resumir a mudança gradativa nos prefácios como uma passagem da certeza de reproduzir a mensagem original, para a suspeita de que o conceito de fidelidade é mais problemático do que queriam fazer crer as teorias tradicionais, normativas e sistematizadoras.

Em alguns dos prefácios analisados a seguir, podemos verificar que houve uma acolhida de idéias novas, e não temos mais declarações de fidelidade ao original, mas o reconhecimento, ou melhor, a suspeita, de que sua tradução deve ser aceita como um texto autônomo, relacionado estreitamente com o original ao lado, mas que não é uma cópia imperfeita nem o mesmo texto em outra língua.

Os prefácios mais recentes revelam a recorrência tanto das teorias tradicionais quanto das teorias pós-estruturalistas nas declarações dos tradutores. Essas duas tendências entre os tradutores brasileiros estão bem explicitadas na introdução de *Poetas da França Hoje : 1945-1995*, edição bilíngüe, onde o tradutor Mário Laranjeira (1996) faz uma análise minuciosa do atual panorama teórico no Brasil. Pergunta o autor:

em que medida o leitor que lê um poeta estrangeiro traduzido está lendo a poesia estrangeira? A especificidade do poético “passa” na tradução? [...] Que se lê quando se lê um texto? [...] Seria o texto que se lê depositário e manifestador de um sentido único, transcendental, permanente, imune às circunstâncias de tempo e espaço, de diferenças culturais e individuais? Ou todo o texto é plurivalente, com mais de uma leitura possível e válida? Neste caso, todas as leituras seriam igualmente aceitáveis? Qual é o papel do

leitor na produção ou na atualização do sentido? Como se deve entender a ação do tradutor, deste leitor que reescreve a sua leitura? (p.17).

As perguntas colocam em foco as questões que se tornaram problemáticas para uma teoria de tradução: a atualização e a apropriação produzidas pelo tradutor; a impossibilidade de recuperação de um significado transcendental ou poético; o texto de partida sujeito a leituras diversas e a questão dos parâmetros usados para qualificar essas leituras, já que a fidelidade ao original deixou de ser um conceito produtivo a partir da emergência das novas idéias pós-estruturalistas.

Sem se ater especificamente às perguntas formuladas, o tradutor passa a descrever as duas tendências teóricas que, nas últimas décadas, vêm tentando entender e explicar a questão da produção e tradução do sentido no texto. Segundo Laranjeira, nenhuma dessas duas tendências é satisfatória e é necessário, portanto, buscar outro embasamento teórico para as teorias de tradução.

No estruturalismo, ainda segundo Laranjeira, a linguagem é vista como um objeto fora do sujeito e o texto, conseqüentemente, conteria um sentido como se fosse uma espécie de vasilha. Assim, “a operação tradutória seria comparável a uma troca de vasilhas, de suporte, de código lingüístico, mantendo-se intacto e incólume o conteúdo, o sentido”. Por outro lado, continua o autor, “reagindo a essas colocações [...], certos teóricos, que se autodenominam *desconstrutivistas*, *pós-estruturalistas* ou *pós-modernos*, assumem posição diametralmente oposta”. Esses teóricos, prossegue, “não aceitam que o texto seja um objeto significante, que ele tenha ‘marcas’ capazes de produzir sentido”. Paradoxalmente, segundo o autor, as teorias pós-estruturalistas, levadas às últimas conseqüências, ou negam qualquer possibilidade de tradução ou, ao contrário, consideram

que tudo é tradução (cf. p.18). A leitura de Laranjeira simplifica e, conseqüentemente, interpreta erroneamente as teorias pós-estruturalistas. Essas teorias “negam qualquer possibilidade de tradução” se considerarmos o ato tradutório como recuperação de um querer dizer originário; por outro lado, não necessariamente paradoxal, elas “consideram que tudo é tradução”, partindo da constatação de que toda e qualquer visão do mundo nos vem de uma interpretação, ou tradução, da realidade.

Apostando na inadequação das duas vertentes teóricas descritas, Laranjeira propõe que o sentido do texto seria o resultado “da tensão dinâmica provocada pela presença, pela interferência de dois sujeitos: o autor e o leitor”. No caso do texto traduzido, o leitor estará lendo o primeiro sujeito (o autor do original), o segundo sujeito (o tradutor, co-autor do texto de chegada) e a si mesmo. E exemplifica: “Quem lê Baudelaire no original lê Baudelaire e a si mesmo. Quem lê Baudelaire, traduzido por Guilherme de Almeida, lê Guilherme de Almeida e lê a si mesmo” (p.20).

O conceito de fidelidade estaria, na visão do autor, em gerar, na língua de chegada, um texto homólogo ao texto de partida. Dessa forma, o leitor seria capaz de reconhecer “as marcas que o primeiro sujeito imprimiu em seu fenotexto, e não *apenas* as marcas advindas da operação tradutória ou recreativa” (p.20).

Podemos notar as mudanças que foram introduzidas na apreciação da questão tradutória, embora permaneça a noção de presença, equivalência e re-apresentação do texto de partida. A noção de texto equivalente (ou homólogo) e a questão do reconhecimento das marcas deixadas pelo autor, ou pelo tradutor, que poderiam ser reconhecidas pelo leitor, são questões ainda fortemente comprometidas com teorias tradicionais, que consideram uma presença no texto, à disposição de um leitor/tradutor

competente. Podemos apontar também que, dentro do contexto desse prefácio, declarar que o texto original está sujeito a várias leituras pode ser entendido como “presença de um conteúdo estável” que estaria sujeito a várias e diferentes interpretações.

O prefácio de Ivo Barroso, para *Arthur Rimbaud* (1995), conserva a visão tradicional de fidelidade absoluta ao autor. Barroso *declara* que não pretende recriar, parafrasear, “poundear”, nem fazer um poema novo a partir de um motivo de Rimbaud. Traduzir implicaria, como ensina Barroso:

uma fidelidade a bem dizer canina ou fotográfica, em que o tradutor acompanha o original passo a passo, palavra por palavra, expressão por expressão, no intuito de preservar ao máximo possível a forma e a essência do poema em português (p.11).

O tradutor de Catulo (1991), Paulo Sérgio de Vasconcelos, retoma alguns dos temas de fidelidade recorrentes nos prefácios analisados na primeira parte deste trabalho. O objetivo de encaminhar para o original: “É preciso ler os versos no original, para lhes aquilatar a beleza” (p.21); a declaração de fidelidade: “Esta [tradução] pretende ser fiel ao original, mas não literal a ponto de liquidar toda a poesia” (p.34); a desvalorização de sua tarefa: “Que essas páginas estimulem a que mais pessoas [...] procurem conhecer a obra de Catulo mais profundamente, fruindo-a de preferência no original latino - e nos sentimos perfeitamente recompensados” (p.34).

Na “Apresentação do tradutor”, em *Obra Completa de Frederico Garcia Lorca* (1989), o tradutor William Agel de Melo *declara*: “é ponto pacífico que a adoção de determinados paradigmas determina a linha de conduta a ser seguida pelo tradutor, passível inclusive de confluir no rigorismo de uma sistemática limitativa da liberdade de

expressão” (p.IX). Por outro lado, recorre a quase todos os temas tradicionais já apontados nas análises anteriores: oposição forma/conteúdo, gradação de maior ou menor aproximação do original, rebaixamento de sua tarefa, declaração de fidelidade à mensagem do autor.

Segundo Melo, a tradução implica uma escolha dentro de um processo seletivo que melhor sirva aos desígnios de transmitir a realidade de uma língua para outra. A partir dessas escolhas, a tradução admite, ainda segundo o tradutor, uma série de gradações que vai da tradução literal, a que mais se aproxima do texto original, à recriação, onde o tradutor altera substancialmente a linguagem mas conserva a integridade do sentido (cf.p.IX).

A seguir, também dentro da tradicional desvalorização de sua tarefa, Melo afirma: “traduzir é acima de tudo um ato de humildade”. Entre os deveres do tradutor estaria, inclusive, o de não ultrapassar os limites da obra em questão, não embelezar ou corrigir o texto, evitando que a tradução suplante o original. Ao contrário, o tradutor deve refrear o ímpeto de aperfeiçoamento pois, como recomenda Melo, “o espelho reflete fielmente a imagem - seja ela bonita ou feia. [...] Numa escala hipotética, a obra tem um determinado valor estético, e a tradução deve corresponder rigorosamente ao mesmo valor” (p.XX).

O autor apresenta o ato tradutório como um *dever* de fidelidade. Melo *declara*:

[traduzir é] respeitar a vontade do autor como um testamento, transmitindo o seu pensamento da maneira mais exata possível. O tradutor deve imbuir-se do estado de espírito do artista no ato da criação. Conhecer-lhe a fundo a personalidade, a vida, a obra, sua época - enfim, absorver o maior número de dados relativos ao poeta. Visitar os lugares descritos, em busca da vivência

experimental, estudar as personagens e os tipos humanos como um ator se prepara para a representação de uma peça teatral. Penetrar no universo do autor, fazer parte de sua intimidade, seguir-lhe os passos como Dante a Virgílio (p.ix).

O conceito tradicional de fidelidade ao original, inicialmente abalado pela noção de interpretação orientada por um paradigma, é restaurado pelas *declarações* posteriores de Melo, que termina comentando que a lição mais importante da difícil arte de traduzir é preservar a qualidade da obra, seu espírito, sua mensagem.

José Paulo Paes (1996) afirma ser indispensável apresentar ao leitor aficionado de poesias traduções que façam justiça ao original, tanto no nível da forma tanto quanto no do conteúdo, levando o leitor do texto traduzido a ter a mesma experiência encantatória que lhe proporciona a leitura de poemas em sua própria língua (cf. p. 16).

Paes recomenda que as traduções de poesia sejam publicadas em edições bilingües, para que o leitor, principalmente o leitor-poeta, possa confrontar o texto da tradução com o do original e observar o processo criativo do tradutor.

Permitindo o acesso do leitor poeta à intimidade da oficina do tradutor, o confronto de textos possibilitará àquele ver que ela não difere, em essência, da sua própria oficina de criador: ali também há o mesmo tipo de inventividade, ainda que de segundo grau (p.17).

Apresentar o original ao mesmo tempo que a tradução acrescenta, portanto, alguma coisa à leitura dos poemas, convida o leitor interessado a participar, pela comparação entre os textos, do processo criativo tanto do autor quanto do tradutor, embora, para Paes, o ato tradutório ainda seja considerado de segundo grau.

Numa visão pós-estruturalista não é questão de abolir as diferenças entre a oficina do autor e a do tradutor ou entre as duas páginas da edição. Ao contrário, a distinção entre autor e tradutor, texto de partida e de chegada, são fundamentais para uma teoria tradutória; porém, colocar um dos termos da dicotomia numa posição superior, como acontece nas teorias tradicionais, transformará inevitavelmente o outro num derivado inferior. A oficina do autor não é uma origem pura e estável, presente do lado esquerdo da página. Tanto quanto a do tradutor, ela é oferecida à interpretação do leitor, o que problematiza o estabelecimento de limites bem definidos entre as duas oficinas.

Em alguns prefácios, é bem aparente o movimento de problematização e retomada de conceitos tradicionais de fidelidade por meio de *declarações* conflitantes. No prefácio do tradutor Jorge Wanderley, para *William Shakespeare-Sonetos* (1994), podemos reconhecer a mudança parcial na teoria que sustenta essa tradução. Wanderley *declara* que “a tradução é um ser permanentemente em curso;” e continua: “com este olhar vejo os que me antecederam, certo também de que mais adiante, outros farão melhor” (p. 23). Definir o texto de chegada como um momento na cadeia de significações do texto de partida, dependente do momento histórico e do sujeito tradutor, afasta-se da noção tradicional da tradução fiel, a que re-apresenta uma mensagem inerente ao texto de partida. Entretanto, embora admitindo o caráter passageiro e circunstancial da tradução, o tradutor parece não abrir mão da idéia de transcendência do original, como podemos conferir em outra *declaração*:

muitos dos poemas resultantes dessa série [...] ultrapassam sua condição de origem - o circunstancial - e se destacam do contexto para luzir num céu exclusivo, onde esplendem insuperáveis, consumando esta que é a instância

maior do literário, a transcendência, a universalidade alcançada a pleno, ainda que tenha partido da realidade ou da fantasia mais comezinhas (p.10).

O mesmo movimento de abalar e retomar as teorias tradicionais pode ser apreciado na *declaração* da concepção da tarefa do tradutor como um ato de força nem sempre aparente ou admitido: “toda tradução é um ato de força, embora seu sucesso seja o parecer negá-lo” (p.18). Entretanto, para Wanderley, o que permite levar a cabo seu ato de força é a lembrança de que o poeta escreveu com uma pena, em uma folha de papel e sobre uma superfície lisa, exatamente como o tradutor. Negociar com o material expressivo e com o conteúdo da poesia e selecionar, dentre possíveis, o que vai ou não ser incluído no texto de chegada é o ato de força que rege a tarefa do tradutor. Nesse contexto, a noção de materialidade expressiva do texto de partida está comprometida com a possibilidade de algo presente, uma base estável para uma suposta decodificação e subsequente negociação da mensagem do autor.

As mudanças teóricas que se insinuam aos poucos nos prefácios mais recentes não podem ser organizadas por uma temporalidade rigorosamente linear baseada, por exemplo, na data da publicação. Como já foi comentado neste trabalho, as teorias tradutórias suportam mal a ruptura entre estilos ou escolas, justamente pela riqueza e complexidade do tema e, portanto, não há também uma divisão temporal absolutamente justificável entre as teorias. Numa pequena nota de 1965, que acompanha a tradução já citada de Baudelaire, Guilherme de Almeida anunciava essa suspeita de infidelidade: “Na substituição de “imparfaite” por “incompleta”, terá havido traição?... Ou uma hermenêutica perfurante do verdadeiro pensamento do poeta?” E acrescenta, reforçando a idéia de que, além de infiel, o tradutor tem um certo prazer culposos em se apoderar da obra do autor: “Em toda a minha

irreverente devastação, pelo sugestivo canteiro das FLORES DO MAL, esta foi talvez a mais custosa. E se custosa, gostosa, em compensação” (p.152-156). Como dissemos, as idéias pós-estruturalistas não irrompem num determinado momento entre nossos tradutores, mas se insinuam e recuam fazendo com que os tradutores sofram sua influência e resistam a ela.

Em alguns prefácios, o papel do tradutor é descrito de uma forma pelo apresentador e de outra pelo próprio tradutor, como se a suspeita de infidelidade estivesse ainda mais inacessível ao tradutor, velada pela humildade tradicional da profissão ou pela resistência a aceitar sua tarefa como uma interpretação e não uma recuperação do texto de partida. Essa resistência aparece em alguns prefácios sob a forma de contradições entre *declarações* dos prefaciadores e dos tradutores ou entre *declarações* do mesmo tradutor.

Em “Tradução - Recriação”, comentário que introduz os *Poemas* de T.S. Eliot (1985), traduzidos por Idelma Ribeiro de Faria, Cassiano Ricardo pondera: “tradução como ‘traição’ é frase de velho gasto. Basta a opinião de que o tradutor - desde que entendedor do fenômeno poético e dos seus problemas - pode mesmo atingir o nível de co-autor da obra traduzida” (p.VII). O comentarista acrescenta que a tradutora tem as condições especiais para traduzir Eliot, pois alia técnica, conhecimento e sentimento. E termina observando: “[este é] um trabalho que, em alguns de seus grandes momentos, o autor de ‘The Waste Land’ assinaria, em língua brasileira” (p. X).

O tradutor é *declarado* co-autor da obra traduzida, embora essa declaração venha cercada de precauções modalizadoras - ele não atinge, mas “pode mesmo atingir o nível de co-autor”- e apesar da inversão perpetrada na última frase onde é o autor do original é que se apropriaria da tradução, assinando-a. A tradutora, no entanto, não parece admitir a

autoria da tradução, como podemos deduzir no texto “Motivo” que se segue à introdução de Cassiano Ricardo e onde a co-autoria, anunciada pelo apresentador, desaparece, imersa nas declarações de fidelidade da tradutora. Suas declarações de compreensão, integração, aproximação, anseio amoroso (“Moveu-me, poder-se-ia dizer, um impulso de amor”) e identidade (“uma vez que suas inquietações, dúvidas e revoltas [...] eram também minhas”) refletem as teorias clássicas de recuperação amorosa do original. A tradutora *declara* que sua convivência com o original não foi pacífica:

acometeram-me conflitos e dúvidas: captá-lo em si mesmo e no todo universal que o forma sem despersonalizá-lo ou mutilá-lo, colher suas múltiplas faces, a velha e a inaugural, a transitória e a eterna, a harmônica e a discordante, conservando-o autêntico e uno, trazê-lo íntimo de meu eu, mantendo-o intocado em sua contextura intrínseca [...], constituíam-se em difíceis, por vezes inseparáveis requisitos para uma identidade plena. (p.XII-XIII).

Em *Letras sobre o espelho* (Cruz, 1989), o comentário de Jorge Schwartz, na orelha do livro, abala as declarações de fidelidade da tradutora, já citadas anteriormente, sobre a comunhão entre as línguas operada pela tradução. Schwartz constata que:

Traduzir a poesia de sor Juana representa um desafio à sensibilidade de qualquer tradutor. O trabalho em filigrana aparece plenamente realizado por Vera Mascarenhas de Campos e a apresentação bilíngüe é uma rara oportunidade de usufruir do texto original e de sua transcrição em língua portuguesa.

A comparação entre original e tradução é vista por Schwartz como uma experiência enriquecedora para o leitor, que poderá “usufruir” de duas poesias e não somente comparar “perdas e ganhos” em relação a um original superior, ou apreciar a interpretação amorosa feita pela tradutora.

Na orelha de *Canto do Destino e outros cantos* (Hölderlin, 1994), Nelson Aschar comenta o aspecto ficcional da tradução:

Elaborando a linguagem do tardo-classicismo e do romantismo luso-brasileiro [Antônio Medina] inventou uma dición para o poeta alemão e, ao mesmo tempo, re-inseriu-o no seu próprio tempo [...]. Trata-se de uma operação obviamente ficcional. Mas em poesia o que conta é a ficção.

O tradutor, por sua vez, retoma as teorias clássicas de recuperação do sentido verdadeiro do original, *declarando*:

Acredito que uma tradução poética deve colher do Original mais propriamente o *sentido* do que a *referência*. As referências podem variar, sem ferir o sentido. Mas uma variação de sentido adultera a tradução.[...] É preciso, pois, que se considere aquela experiência tradutora, que, por princípio, abre mão do senhorio autoral como também abre mão da servilidade transcriadora (p.31).

O tradutor não *declara* sua fidelidade ao “Original” (com maiúscula), pois, segundo ele, “sendo as línguas diferentes, não dizem as mesmas coisas com os mesmos sentimentos que essas coisas despertam em cada língua. Dizem coisas e sentimentos

parecidos” (p. 9). O tradutor oscila entre *declarações* de recuperação e de repúdio a uma tradução servil, usando o termo *mimese* para qualificar seu trabalho.

O uso, por parte dos tradutores, dos termos “equivalente”, “homólogo”, “mimético”, “isomórfico”, “parecido” e outros, retoma o movimento de aceitação e recusa da autoria do texto de chegada, pois permite fugir da idéia já gasta de fidelidade ao autor, sem abrir mão da recuperação de algo presente no texto de partida. Assim, José Lino Grunewald (1988) pôde *declarar* sua infidelidade (“mantemos o velho adágio: *traduttore traditore*”) e explicar, em seguida, que sua tradução não é igual ou semelhante, mas análoga ao original (cf. p. 10).

O termo equivalência foi, por muitos anos, considerado essencial para as teorias tradutórias. Comenta Snell-Hornby (1995) que, até o início dos anos setenta, as visões teóricas de orientação lingüística viam o texto como uma seqüência linear de unidades, e traduzir seria somente um mero processo de decodificação envolvendo a substituição de uma seqüência por unidades equivalentes (cf. p. 16). O que torna o conceito de equivalência inadequado para os estudos de tradução é que pressupõe um grau de simetria entre as línguas envolvidas. Para a autora, a falácia desse pensamento pode ser ilustrado pela impossibilidade de achar “equivalência” entre o próprio termo “equivalência” em inglês e alemão. Snell-Hornby esclarece:

numa investigação rigorosa, diferenças sutis, porém cruciais, emergem entre os dois termos, e assim, deveriam ser considerados preferivelmente como exemplos de advertência sobre a traiçoeira ilusão de equivalência que caracteriza o relacionamento interlingual (p. 17).

A partir dessas considerações e dos exemplos citados, podemos apontar o que os prefácios mais recentes têm em comum. Em primeiro lugar, afastam-se de modelos teóricos que declaram a igualdade entre original e tradução e aceitam que falar de tradução é falar de diferenças, embora organizem essas diferenças a partir dos significados presentes num original. Em segundo lugar, a apresentação dos dois textos envolvidos não terá mais o objetivo de comprovar a fidelidade do tradutor ou estimular o leitor a voltar-se para o original, onde supostamente estaria a verdadeira obra de arte. A comparação entre original e tradução cria a oportunidade de usufruir dos dois textos apresentados, de participar da oficina do tradutor e estimula o leitor a acompanhar as peripécias da tradução trabalhando o texto de partida.

Ocorre, portanto, um abalo nas certezas de fidelidade declaradas nos prefácios mais antigos, embora o papel criativo do tradutor ainda não tenha sido aceito, ou entendido, plenamente. Parece ser muito difícil abrir mão de conceitos tradicionais de fidelidade a um conteúdo presente no texto de partida e de uma interpretação amorosa do querer dizer do autor, a julgar pela relutância dos tradutores em assumir a autoria do texto de chegada.

CAPÍTULO IV

A QUESTÃO DA FIDELIDADE SOB NOVAS PERSPECTIVAS

1. O *double bind* e o ato tradutório

As declarações contraditórias dos tradutores, ainda recorrentes nos prefácios mais recentes, apontam a pertinência de deslocar o conceito de fidelidade, voltado para a origem e para presença da mensagem no texto, e considerá-lo de forma diferente, produzindo, assim, novas configurações. Ao renunciar a uma teorização baseada na separação absoluta entre os dois termos da dicotomia fidelidade/infidelidade, é necessário achar modelos diferentes, novas formas de pensar o ato tradutório que escape ao sistema de oposições binárias.

Segundo Adwin Gentzler (1993), uma reformulação radical das questões que fundamentam a teoria tradutória está sendo empreendida pelos desconstrutivistas. A confrontação das teorias tradutórias com uma postura filosófica, embora não defina uma nova vertente teórica, projeta desafios para os estudos da tradução, pois cria tensão, lança dúvidas e oferece alternativas, quebrando assim o bloqueio de termos e noções estagnadas (cf.p.144). Não se trata, entretanto, de considerar a desconstrução como uma operação cuja aplicação desmontaria ou destruiria sistemas. O objetivo não é negar ou invalidar o

projeto teórico dos estudos de tradução mas questionar, de forma mais extremada do que se faz até agora, as implicações teóricas mais pertinentes.

Portanto, uma nova perspectiva pode ser usada na apreciação e renovação de alguns aspectos dos estudos de tradução. Como vimos pela análise das contradições nos prefácios, a questão da fidelidade ou infidelidade ao texto de partida se constitui por um duplo critério, já anunciado na oscilação tensional entre *declarar* e *descrever*, tão recorrente nos prefácios escolhidos. Esse jogo duplo, esse *double bind*, transparece no prefácio que *declara* e pede fidelidade e, ao mesmo tempo, *descreve* e impede essa mesma fidelidade.

A dimensão desconstrutivista não foi ignorada nos estudos contemporâneos de tradução. Robinson (1996), comentando a ênfase normativa das teorias tradicionais, esclarece que o *double bind* é endêmico em todas as relações de autoridade (cf. p.6). Para o autor, o conflito criado por mensagens contraditórias paralisa o receptor dessas mensagens, impede a liberdade de comportamento ou de imaginação. Nos estudos tradutórios, ainda segundo Robinson, o *double bind* atua por meio de normas conflitantes e da idealização da autoridade que cria e impõe essas normas. O autor, baseado em *Steps to an Ecology of Mind*, de Gregory Bateson, esquematiza as ordens contraditórias das teorias tradutórias ocidentais: 1. Respeite o texto-fonte e o autor do original; 2. Respeite a cultura e o leitor-alvo; 3. Internalize a ordem de fazer ambos (1 e 2) e espere ser censurado pelo fracasso; 4. Reprima tudo isso e ignore ou despreze qualquer teórico que insinue o contrário; 5. Idealize a autoridade (autor, leitor, cultura, editora, etc.) e ignore as questões ideológicas em jogo numa tradução (pp.7-15).

A noção de *double bind* em Robinson é, num aspecto importante, diferente da de Derrida. Para Robinson, o tradutor poderia ser libertado dessas normas contraditórias e a questão do *double bind* resolvida a contento, como podemos notar pela frase que fecha seu texto: “somente anunciando os laços que nos prendem podemos, ao menos, dar os primeiros e hesitantes passos a fim de libertar-nos de nossas amarras”. Entretanto, o *double bind*, tal como é articulado por Derrida, não é uma amarra do qual o tradutor possa escapar. O compromisso do tradutor estará sempre sob a pressão constante de duas forças contrárias, que constituem o próprio ato de interpretar e, conseqüentemente, de traduzir.

Segundo Derrida (1985), pelo *double bind*, o texto original clama para ser interpretado e, ao mesmo tempo, proíbe a sua compreensão totalizante, o que colocaria um ponto final no jogo infinito da linguagem. Tendo como apoio o mito da Torre de Babel, comenta Derrida: “Essa história narra, entre outras coisas, a origem da confusão das línguas, a multiplicidade irreduzível dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade como impossibilidade” (p.215). A multiplicidade das línguas, sua riqueza e sobredeterminação, impedem a transparência e a univocidade da tradução entre as línguas ou no interior de uma mesma língua. Assim, a tradução torna-se uma lei problemática, uma tarefa impossível, uma dívida que não pode ser quitada, pois não se restitui aquilo que nunca foi dado: o sentido original do texto. Por outro lado, ainda segundo Derrida, a exigência da tradução não sofre por não ser satisfeita, já que “o original é o primeiro devedor, o primeiro requerente, ele começa por faltar e por chorar pela tradução”(p. 228). Além disso, o autor do original estaria também endividado em relação aos outros textos lidos anteriormente e dos quais ele seria o tradutor, pois um texto acontece sempre a partir da leitura e interpretação de outros textos.

2. A relação entre tradução e original numa visão pós-estruturalista

Como examinamos nos capítulos anteriores, existe, dentro de uma visão tradicional dos estudos de tradução, a possibilidade de se *declarar* fiel, mesmo quando, a seguir, *descrevem-se* as infidelidade inevitáveis do ato tradutório. O conceito de *possibilidade* e o *dever* de recuperar uma mensagem depositada no texto pelo autor é um engodo, um engano, de onde partem as contradições analisadas. Continuar a examinar o conceito de fidelidade a partir da noção tradicional de *possibilidade* e *dever*, é correr o risco de perpetuar a inadequação das teorias tradutórias no exame do *compromisso de fidelidade* assumido pelo tradutor perante o autor, a editora e os leitores.

Portanto, vamos considerar o conceito de fidelidade sob uma perspectiva pós-estruturalista, usando novamente, como fio condutor, as perguntas de Steiner (1975): “De que formas se pode, ou se deve, atingir a fidelidade? Qual é a melhor correlação possível entre o texto A, da língua-fonte, e o texto B, da língua - alvo?” (pp.261-262).

As teorias tradicionais defendem a possibilidade de se manter inalterada pelo menos alguma característica da mensagem original que poderia ser resgatada/transportada ou compreendida/transformada pelo tradutor competente. Esse núcleo de linguagem aparece subentendido em expressões como “captar o clima”, “recuperar o espírito do poema”, “conservar a poeticidade do original” e nos conceitos de equivalência, analogia, textos homólogos. As declarações contraditórias dos tradutores demonstram que, quando falamos em conservar algo presente no original, estamos lidando

com um desejo dos tradutores e não com uma realidade, uma verdade ou uma possibilidade. Como todo desejo existe porque nunca é satisfeito, a tradução que localiza e conserva intocada a mensagem original nunca acontece e, assim, toda tradução corre sempre o risco de ser considerada infiel ou inadequada por algum leitor ou crítico.

Para Derrida (1982), o fantasma do núcleo intacto está ligado não ao desejo de algo para sempre perdido, mas ao desejo de esquecer que nunca houve algo a ser perdido ou esquecido. Derrida afirma que:

o desejo ou o *fantasma* do núcleo intacto é irredutível, mas não *existe* núcleo intacto [...] nunca existiu e é isso que queremos esquecer, esquecimento que queremos esquecer de uma certa maneira. Não que exista o esquecido: queremos esquecer que não há nada a esquecer, que não houve algo a esquecer, só podemos esquecer isso, que nunca houve núcleo intacto (p.153).

Propondo a *possibilidade* de resgatar a mensagem original, as teorias tradicionais reforçam a permanência do próprio desejo de resgate, o que é deflagrado pelas contradições sintomáticas apontadas nos prefácios das edições bilíngües.

Numa visão pós-estruturalista, não haveria a *possibilidade* de resgate de uma mensagem oculta entre as palavras do original, pois essa mensagem não estaria em nenhum momento presente à disposição do leitor. Para Foucault (apud Mariguela, 1995), a procura por uma significação oculta na origem (no caso, um original ofertado sem diferenças ao leitor) revela um segredo, mas não o segredo “essencial e sem data” da metafísica. Afirma Foucault: “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (p. 73).

O texto de partida é um texto construído pela leitura do tradutor dentro de limites estabelecidos, embora sempre ultrapassados, pelo nome do autor, pelas características sócio-culturais desse tradutor e pela comunidade a que pertence. O original não preexiste ao momento da leitura, mas se institui no jogo, na dança, na discórdia aparente de interpretações infundáveis, renovadas a cada época, a cada leitura e a cada tradução.

As teorias que admitem a possibilidade de um significado estável, pelo menos em sua essência, negam a parte mais rica do ato tradutório, também considerada a sua parte mais perigosa. Numa visão pós-estruturalista, o ato tradutório, violento mas renovador e criativo, não pode ser estruturado, organizado por regras dadas de antemão ou controlado em sua polissemia. Pela sua violência indesejada, a tarefa do tradutor, ou o seu suposto *dever* de fidelidade ao autor, sempre esteve relacionada com um sentimento de culpa. Em grande parte dos prefácios analisados, o tradutor deprecia sua obra, pede desculpas pelo seu trabalho e, principalmente no caso das edições bilíngües, convida o leitor a se voltar para o original. Se, a partir da emergência das idéias pós-estruturalistas, interpretar e traduzir não é revelar um sentido transcendental presente de alguma forma no texto, o *dever* do tradutor passa a ser o de criar significações para o texto de partida dentro das regras de um jogo de poder, o que coloca esse *dever*, ou esse *compromisso*, sob novas expectativas.

Retomando a segunda pergunta de Steiner (Qual a melhor configuração possível entre o texto A e o B?), as relações que se estabelecem entre original e tradução vão se organizar, dentro da visão pós-estruturalista, a partir do contexto histórico e social que envolve os dois textos em questão, e das normas literárias que regem as leituras desses textos. O texto A ocupa um lugar na cadeia de significações criada pelo tradutor, dentro de

regras rigorosas, e o mesmo acontece com o texto B; da mesma forma, o leitor vai interpretar a tradução e inseri-la na cadeia de significações como faz com o original. Assim, a relação tradução/original vai ser vista como um conjunto complexo de relações que se estabelecem numa determinada situação contextual. É necessário notar também que essas relações permanecem abertas e podem sempre ser analisadas de forma diferente, pois o leitor nunca é o leitor ideal, que faria uma interpretação previsível, unanimemente reconhecida como correta.

As teorias que consideram a *possibilidade* e o *dever* de fidelidade por parte do tradutor colocam perguntas irrespondíveis: como captar o significado do texto de partida? Como compor um texto que se aproxime do original? Como despertar nos leitores brasileiros (leitores ideais) a mesma emoção dos leitores (também ideais) do original? A impossibilidade de responder a essas perguntas, de maneira satisfatória, indica o esgotamento da visão estruturalista no campo teórico dos estudos de tradução. No momento em que a fidelidade/infidelidade deixa de ser um problema para as teorias de tradução e passa a ser um pressuposto, o compromisso assumido pelo tradutor toma nova configuração. Segundo Arrojo (1992):

quando se desmascara a pretensão de estabilidade e de transcendentalidade que sublinha a grande maioria das concepções de significado, a tradução deixa de ser um embaraço teórico e pode se tornar um ponto de partida para a reflexão mais ampla acerca de questões da linguagem, reflexão essa que nutre e estimula o trabalho dos teóricos da desconstrução (p. 78).

Podemos, portanto, deixar de lado as perguntas não-produtivas e formular outras, ainda dentro do tema da fidelidade do tradutor, mas partindo, desta vez, de perspectivas

diferentes. Tendo por pressuposto que o tradutor sempre assume um *compromisso* de fidelidade com o autor do texto de partida, com a editora que o contrata e com seus leitores, como esse compromisso se apresenta dentro de uma visão pós-estruturalista?

O pacto de fidelidade do tradutor pode ser deslocado do contexto tradicional de *possibilidade e dever* de recuperação de uma mensagem do autor e analisado a partir de diferentes significações da palavra compromisso. O compromisso do tradutor tem tradicionalmente o significado de um contrato assumido com o autor e com os editores de reproduzir o “querer dizer” do autor em outra língua. Entretanto, é necessário considerar que, mesmo *declarando* essa intenção, ou, num caso extremo, mesmo citando as palavras do autor na língua do original, o tradutor não está falando “a mesma coisa”. Derrida (1982) discorre sob a citação de seus próprios textos, comentando:

Mas seria necessário analisar atentamente essa experiência: escutar um texto que pretensamente escrevemos ou assinamos: de repente, colocam um texto sob nossos olhos, num outro contexto, com uma intenção que é um pouco a sua, mas que não é simplesmente a sua; é, cada vez, uma experiência muito curiosa, muito perturbadora. [...]. O que posso dizer é que nunca é o mesmo texto que retorna; nunca um eco; pode ser muito agradável ou muito desagradável, pode reconciliar, pode fazer amar o que você fez, pode fazer detestar, etc. Há mil coisas possíveis, mas o que é certo, através de toda essa diversidade, é que nunca é o mesmo. [...] assim que parte, assim que partiu, assim que esteja sobre a página, a identidade do texto está perdida, não é mais a mesma (p. 207-208).

A impossibilidade de recuperar o dizer do autor, mesmo repetindo suas próprias palavras, acontece também durante a leitura da tradução. Embora comente suas escolhas em prefácios e notas, o tradutor não pode pretender controlar o jogo de significações do seu leitor, não pode querer que esse leitor assuma por sua vez o compromisso de ser fiel aos significados criados pelo ato tradutório. Durante seu trabalho, o tradutor tem a ilusão de cumprir sua tarefa de resgatar a mensagem do autor e imobilizar o jogo de significações do texto de partida. É essa ilusão que persegue conscientemente; só com ela pode assumir um compromisso e só a ela declara fidelidade.

Derrida (1982) relaciona o trabalho do tradutor, no que diz respeito às notas e comentários, ao termo “economia”, afirmando:

Quando o tradutor [...] pode acrescentar uma nota, ou talvez colocar as palavras entre aspas, evidentemente, o que ele faz nesse momento não é uma operação de tradução; comentar, analisar, alertar, não é traduzir, daí vem o problema *econômico* da tradução. No fundo, o ideal de uma tradução, que seria somente tradução, é traduzir uma palavra por uma palavra; assim que colocamos duas palavras ou três por uma e que a tradução se torna explicitação analítica, não é mais uma tradução no sentido estrito. [...] Creio que esse problema de economia é um problema quantitativo do qual não falamos muito ou não falamos nada; ora, é um problema central (p. 204).

Sob o aspecto “econômico”, o compromisso do tradutor tem, ao mesmo tempo, um caráter de limitação e de expansão. Sua interpretação esbarra em aspectos que não podem ser explicitados em sua língua materna e, por outro lado, cria significados que não estavam previstos pelo autor. O tradutor, para fugir da angústia de estar sempre em dívida

com o autor, devido à impossibilidade de levar a bom termo todos os termos do seu compromisso, comenta suas escolhas com o leitor, remete a outras obras, mantém alguns termos do original, entre aspas ou entre colchetes, logo após a tradução, criando com esse procedimento uma “economia” entre as duas línguas envolvidas.

Podemos considerar uma segunda pergunta, ainda dentro do tema da fidelidade do tradutor: haveria outra alternativa para o tradutor além de assumir o compromisso de ser fiel ao querer dizer do autor? Johnson (1985) observa que tanto os cônjuges quanto os tradutores, embora obrigados por contrato a amar, honrar e obedecer, ambos, inevitavelmente, traem esse compromisso. “Seria possível”, pergunta a autora, “simplesmente renunciar ao significado da promessa ou à promessa do significado?” (p. 147).

Renunciar ao significado da promessa quer dizer que deve ser criado uma nova acepção para esse pacto entre tradutor e texto, renunciando ao sentido já esgotado de “construção de um texto traduzido, que coincidiria com o texto original”. Georges-Arthur Goldschidt (apud Michaud, 1989) argumenta que:

todo texto é tradução, portanto uma inadequação de base. Por que suporíamos que a tradução pode coincidir com o texto, uma vez que o signo já não coincide com o que representa (senão teríamos a coisa em si e não o signo)? (p. 119).

Afastada a possibilidade de fidelidade estrita ao original, a promessa do tradutor será entendida como a promessa de se comprometer com o texto a ser traduzido, de tal forma que possa produzir significados considerados corretos, pelo menos provisoriamente, pela editora, pelo autor e pelos leitores visados.

Renunciar à promessa do significado quer dizer não prometer recuperar uma mensagem plasmada no texto de partida, mas aceitar que sua tarefa é um ato criativo, autoral e transformador, que renovará o texto de partida. Ou entender, como explica Michaud (1989): “que o contrato que liga o tradutor ao texto coloca-se primeiramente no registro do imaginário; o que significa aceitar sua tarefa como ficção, efeito de verdade, e não tornar-se o servidor da verdade do texto, na ordem do real”(p. 116).

A partir de uma reflexão pós-estruturalista, e tendo em vista as contradições analisadas, impõe-se uma terceira e última pergunta: pode o tradutor *declarar-se* infiel? Examinar a questão da fidelidade colocando uma questão como essa seria continuar na mesma linha de pensamento dicotômico e hierarquizado das teorias tradutórias de base estruturalista. Considerar o conceito de fidelidade, dentro de uma teoria pós-estruturalista da tradução, consistiria em abrir mão da ilusão de estar partindo de bases estáveis, como a análise de marcas deixadas no texto pelo autor ou de alguma coisa presente no texto de partida; aceitar que o tradutor é o sujeito e o objeto do estudo da tradução, que aquele que traduz é tão importante para a construção do significado do texto como o que está sendo traduzido; aceitar que a diferença na tradução não é uma questão de escolha, pois o texto de chegada será sempre diferente, mesmo quando a mesma frase é repetida na mesma língua, ou quando o mesmo texto é lido uma segunda vez. Consiste também em abrir mão do conceito tradicional de tradutor cordial e assumir, com responsabilidade, a violência do seu ato, ou seja, aceitar que sua tarefa não é a de desvendar a verdade, mas construir e veicular um texto usando o nome e o prestígio do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O distanciamento entre o que é *declarado* e o que é *descrito* por Rousseau, no *Essai sur l'origine des langues*, como analisa Derrida em *Gramatologia*, serviu de embasamento para uma reflexão sobre o distanciamento entre *declarações* e *descrições* dos tradutores nos prefácios de edições bilíngües. A tensão criada pelas contradições dos tradutores suscita questões instigantes e pertinentes para os estudos de tradução, enfatizando o que não foi explicitado pelas teorias tradicionais: a impossibilidade de reduzir o compromisso de fidelidade assumido pelo tradutor a uma apreciação de perdas e ganhos em relação a uma mensagem presente no texto original.

A *possibilidade* e o *dever* de fidelidade aparecem, na maioria dos prefácios analisados, como idéias estabelecidas, confortáveis à primeira vista, pois apoiam-se em séculos de pensamento logocêntrico. As teorias concebidas a partir de *possibilidade* e *dever* de fidelidade estabeleceram o ato tradutório como secundário, inferior e concorreram para a criação da imagem do tradutor traidor e humilde. Essa situação pode ser invertida, já que a análise dos prefácios, a partir de reflexões pós-estruturalistas, revelou outro tema: o do próprio tradutor-autor do texto de partida, localizado numa cultura, numa data e numa língua determinada, contradizendo-se nas suas declarações, intrigado com os problemas suscitados pela sua tarefa. A situação aporética dos prefácios atesta uma lucidez inesperada por parte dos tradutores, desvendando as contradições como ponto de rebeldia e resistência às teorias cerceadoras da época, uma alavanca para abalar os limites absolutos entre texto original e tradução, autor e tradutor, língua estrangeira e língua materna.

A posição paradoxal do tradutor, entre a fidelidade e a infidelidade, permaneceu oculta, incompreendida ou reprimida nos estudos tradicionais de tradução, mesmo quando o teórico dela se aproximava. Analisando a pertinência da Lingüística estrutural e funcional para os estudos de tradução, George Mounin (1975) utiliza o termo “escândalo”, quando se refere à *impossibilidade* e à *possibilidade* da tradução. Segundo ele, se aceitarmos a tese de que os sistemas gramaticais, isto é, a estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, são impenetráveis entre si, “seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível”. E continua: “Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea”(p.19). Considerando essa constatação de Mounin, uma edição bilíngüe seria a “mise en scène” exemplar desse escândalo: a *impossibilidade*, apontada por Mounin, é ilustrada pela presença de dois textos diferentes que negam justamente a relação de igualdade entre duas línguas; a *possibilidade* da tradução é sugerida pela própria materialidade da edição, pelo fato de esses poemas terem sido traduzidos, legitimados e publicados. Como analisamos nos prefácios das edições bilíngües, o tradutor que *declara* sua fidelidade e *descreve* as infidelidades do seu ato é solidário com esse modelo possível/impossível, com esse escândalo. Entretanto, a tradução considerada, ao mesmo tempo, como *possibilidade* e *impossibilidade* só é um escândalo quando se confia em teorias de tradução baseadas em dicotomias hierarquizadas, como original/tradução, autor/tradutor, recuperação/criação, língua estrangeira /língua materna.

O paradoxo da *possibilidade* e *impossibilidade*, ressoando nas *declarações* e *descrições* dos tradutores, revela o ato tradutório como algo que transborda essas dicotomias: a tradução do original exige uma interpretação como condição de

possibilidade; entretanto, a tradução não acontece como recuperação, há um impedimento inerente ao ato tradutório, uma *impossibilidade* de alcançar os chamados significados originários do autor.

A edição bilíngüe deflagra a ligação da tradução com o sujeito tradutor, ressalta sua importância e enriquece a relação entre os dois textos em questão, acrescentando indecisão e disseminação à leitura do texto nas duas línguas envolvidas. Ao apresentar uma interpretação legitimada, institucionalizada pela editora, acrescenta mais uma interpretação às que o leitor construirá a partir da sua própria leitura das duas páginas, problematizando, assim, a questão da fidelidade. Nos prefácios, os tradutores, não confirmando nem recusando fidelidade ao original, obedecem a uma lógica estranha, a um *double bind* que escapa ao domínio e ao controle das teorias normativas e instaura uma ambivalência reveladora nos estudos de tradução. A indecidibilidade evidenciada pelas contradições dos tradutores dinamiza a questão tradutória, abala as idéias usuais sobre original, autoria e língua materna e revela uma nova dimensão do compromisso de fidelidade assumido pelo tradutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. (1965). *Flôres das "Flôres do Mal de Baudelaire"*. Edições de Ouro.
- ANCHIETA, J. (1940). *Poemas da Bemaventurada Virgem Mãe de Deus - Maria* (tradução de A.C. Cardoso). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional.
- ANCHIETA, J. (1954). *Poesias de José de Anchieta* (tradução de M.L. de Paula Martins). Boletim IV do Museu Paulista. Documentação Lingüística 4, Ano IV-VI.
- ANDRADE, C.D. (1982). *Carmina Drummondiana* (tradução de Silva Bêlkior). Rio de Janeiro: Salamandra e Brasília, Edição Universidade de Brasília.
- ARROJO, R. (1992) (org.). *O Signo Desconstruído - Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Editora Pontes.
- ARROJO, R. (1992b). "Tradução", in Jobim (org.), *Palavras da Crítica*. Imago Editora.
- ARROJO, R. (1993). *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Imago Editora.
- ARROJO, R. (1986). *Oficina de Tradução. A teoria na prática*. São Paulo : Editora Ática.
- AUBERT, F. (1987). "Emily Dickinson Brasileira", in *Ilha do Desterro*, 1º Semestre, nº 17, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- BARBOSA, O.C. (1974). *Byron no Brasil. Traduções*. São Paulo: Editora Ática.
- BENNINGTON, G. (1991). *Jacques Derrida*. Les Contemporains. Seuil.
- BERMAN, A. (1984). *L'épreuve de l'étranger*. Éditions Gallimard.
- BLAKE, W. (1956). *The marriage of Heaven and Hell - O Matrimônio do Céu e do Inferno* (tradução de Oswaldino Marques). Editora Civilização Brasileira, Philobiblion.
- BLAKE, W. (1987). *O matrimônio do céu e do inferno e O livro de Thel* (tradução de José Antônio Arantes). São Paulo: Iluminuras.

- CAMPOS, A. (1986). *40 Poemas de e.e.cummings*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CAMPOS, A. (1988). *Verso Reverso Controverso* (2º edição). São Paulo: Perspectiva.
- CAMPOS, A. e CAMPOS, H. (1971). *Panaroma do Finnegans Wake* (2º edição). São Paulo: Perspectiva.
- CAMPOS, H. (1962). *Panaroma do Finnegans Wake*. (1º edição). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. Comissão de Literatura.
- CAMPOS, H. (1981). *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva.
- CAMPOS, H. (1986). *Transblanco - Otávio Paz e Haroldo de Campos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- CASTRO, E. (1909). *Poesias de Goethe*. Lisboa: José Bastos, editor; antiga Casa Bertrand.
- CATFORD, J.C. (1965). *A Linguistic Theory of Translation*. Oxford: Oxford University. (tradução brasileira: *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980).
- CATULO (1991). *Catulo - Cancioneiro de Lésbia* (tradução de Paulo Sérgio de Vasconcelos). Editora Hucitec.
- COUSIN, A. (1948). *Odes de Anacreonte e suas traduções* (tradução de Almeida Cousin). Editora Pongetti.
- CRITCHLEY, S. (1992). *The Ethics of Deconstruction: Derrida and Levinas*. Oxford and Cambridge: Blackwell.
- CRUZ, J.I. (1989). *Letras sobre o Espelho* (tradução de Teresa C. Barreto e Vera Mascarenhas de Campos). São Paulo: Iluminuras.

- CULLER, J. (1983). *On Deconstruction. Theory an Criticism after Structuralism*. London: Routledge & Keagam Paul.
- DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia* (tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro). São Paulo: Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo.
- DERRIDA, J. (1982). *L'Oreille de l'autre*. Montréal: VLB Editeur.
- DERRIDA, J. (1995). *Khôra* (tradução de Nícia Adan Bonatti). Campinas: Papirus Editora.
- DERRIDA, J. (1990). *Do Espírito* (tradução de Constança Marcondes César). Papirus
- DERRIDA, J. (1993). *La voix et le phénomène*. Paris: Édition Quadrige, Presses Universitaires de France.
- DICKINSON, E. (1984). *Emily Dickinson, uma centena de poemas* (tradução de Aíla de Oliveira Gomes). São Paulo: T.A. de Queiroz.
- DONNE, J. (1985). *Sonetos de Meditação* (tradução de Afonso Félix de Sousa). Editora Philobiblion.
- ELIOT, T.S. (1985). *Poemas* (tradução de Idelma Ribeiro de Faria). Massao Ohno, Editor.
- ÉSQUILO (1907). *Prometeu Acorrentado*. Imprensa Nacional.
- FERLINGHETTI, L. (1984). *Um Parque de Diversões da Cabeça* (tradução de Eduardo Bueno e Leonardo Fróes). Editora L&PM.
- FERREIRA, A.B.H. (1990). *Grandes Vozes Líricas Hispano-Americanas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FOUCAULT, M. (1987). *Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum* (tradução de Jorge Lima Barreto). São Paulo: Editora Princípio.
- FOUCAULT, M. (1996). *A Ordem do Discurso* (tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Edições Loyola.

- FRANCHETTI, P. (1996) (org.). *Haikai*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GRAHAM, J.F. (1985) (org). *Difference in Translation*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- GENTZLER, E. (1993) .*Contemporary Translation Theories*. London e New York: Routledge.
- GRÜMEWALD, J.L. (1988). *Grandes Poetas de Língua Inglesa do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GUIZOT, F. (1849). *Da Democracia na França* (tradução de José Lucio Correia). Rio de Janeiro: Livraria d'Agostinho de Freitas Guimarães e Companhia.
- HABERMAS, J. (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- HOFFMANN, E.T.A. (1994). *O Pequeno Zacarias Chamado Cinábrio* (tradução de Karim Volobuef). São Paulo: Ars Poética.
- HÖLDERLIN, (1994). *Canto do Destino e outros cantos* (tradução de Antônio Medina Rodrigues). São Paulo: Iluminuras.
- HOMERO, (1955). *Iliade* (tradução de Paul Mazon). Tomo I da "Collection des Universités de France". Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres".
- IM, Yun Jung, (1994). *Sijo, poesia-canto coreana clássica* (tradução de Yun Jung Im e Alberto Marsicano). São Paulo: Iluminuras.
- JOHNSON, B. (1985). "Taking Fidelity Philosophically", in GRAHAM, 1985.
- JOYCE, J. (1965). *Ulisses* (tradução de Antônio Houaiss). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- KOFMAN, S. (1984). *Lectures de Derrida*. Paris: Édition Galilé.
- LARANJEIRA, M. (1993). *Poética da Tradução*. São Paulo: Edusp.

- LARANJEIRA, M. (1996). *Poetas da França Hoje. 1945-1995*. São Paulo: Edusp.
- LOPES, A.C. (1887). *Amaryllidos Dircaeii-Aliquot Selecta Lyrica Semonem Translata - Musa Latina - algumas lyras escolhidas de Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & filhos.
- LORCA, F. G. (1989). *Obra Poética de Frederico Garcia Lorca* (tradução de William Agel de Melo). Brasília: Editora Universidade de Brasília e São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- LOUYS, P. (1994). *As Canções de Bilitis* (tradução de Tejo Damasceno Ferreira). Florianópolis: Editora Paraula.
- MAIER, C. (1989). *Notes after Words: Looking Forward Retrospectively at Translation and (Hispanic and Luso-Brazilian) Feminist Criticism*. In VIDAL, H.(1989). Minneapolis Minnesota: Institute for the Study of Ideologies and Literature.
- de MAN, P. (1989). *A resistência à Teoria* (tradução de Teresa Louro Pérez). Lisboa, Rio de Janeiro: Edições 70.
- MARIGUELA, M. (1995) (org.). *Foucault e a Destruição das Evidências*. Unimep.
- MICHAUD, G. (1989). "Freud: N.de T. ou Des Affects et Fantasmés chez les Traducteurs de Freud" in *TTR. Études sur le Texte et ses Transformations*.
- MILTON, J. (1993). *O poder da Tradução*. São Paulo: Ars Poética.
- MOUNIN, G. (1975). *Os Problemas Teóricos da Tradução*. São Paulo : Editora Cultrix
- NERUDA, P. (1979). *Antologia Poética* (tradução de Eliane Zagury). Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- NEWMARK, P. (1981). *Approaches to translation*. Oxford: Pergamon.

- NIDA, E. (1975). *Language structure and translation*. Califórnia: Stanford University Press.
- OVIDIO. (1992). *A arte de Amar* (tradução de Natália Correia e David Mourão Ferreira). São Paulo: Ars Poética.
- OTTONI, P. (1997a). "Tradução recíproca e *double bind* - Transbordamento e Multiplicidade de Linguas". Conferência proferida na Universidade de Heidelberg, em 4 de Fevereiro de 1997 (inédito).
- OTTONI, P. (1997b). "Compreensão e interpretação no ato de traduzir: reflexões sobre o enunciado e a significação", in *Lusorama* n° 32 (Março, 1997, Berlim, pp 19-27).
- PAES, J.P. (1990). *Tradução . A Ponte Necessária*. São Paulo: Ática.
- PAES, J.P. (1996). *Gaveta de Tradutor*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas.
- PESSOA, F. (1971-1972). *Selects Poems* (tradução de Peter Reckard). University of Texas Press.
- RACEVSKIS, K. (1993). *Postmodernism and the search for enlightenment*. Charlottesville and London: University Press of Virginia.
- RAJAGOPALAN, K. (1992). "O conceito de interpretação na lingüística: seus alicerces e seus desafios", in ARROJO, R.(org., 1992).
- RIMBAUD, A. (1995). *Arthur Rimbaud* (tradução de Ivo Barroso). Editora TopBook.
- RIMBAUD, A (1977). *Une Saison en enfer* (tradução de Ivo Barroso). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- ROBINSON, D. (1991). *The Translator's Turn*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

- ROBINSON, D. (1996) "*Translation and the Double Bind*". Texto distribuído durante palestra apresentada na Universidade de Campinas.
- RÓNAI, P. (1976). *A Tradução Viva*. Rio de Janeiro: Educon. 2ª edição: 1981, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SARUP, M. (1993). *An Introductory guide to Post-Structuralism and Postmodernism*. The University of Georgia Press, Athens
- SCHELEGEL, F. (1994). *Conversa sobre Poesia* (tradução de Victor-Pierre Stirnimann). São Paulo: Iluminuras.
- SHAKESPEARE, W. (1994). *William Shakespeare - Sonetos* (tradução de Jorge Wanderley). Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.
- SHAKESPEARE, W. (1972). *Sonnets/Sonetos* (tradução de Ivo Barroso). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- SNELL-HORNBY, M. (1995). *Translation Studies. An Integrated Approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company.
- STEINER, G. (1975). *After Babel - Aspects of Language and Translation*. Londres: Oxford e New York: Oxford University Press.
- STEVENSON, B. (1948). *The Home Book of Proverbs, Maxims and Familiar Phrases*. New York: The Macmillan Company.
- VERLAINE, P. (1983). *Festas Galantes* (tradução de Onestaldo de Pennafort). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- VIDAL, H. (1989). *Cultural and Historical Grounding for Hispanic and Luso-Brazilian Feminist Literary Criticism*. Minneapolis Minnesota: Institute for the Study of Ideologies and Literature.

- VINAY, J.-P. e DARBELNET, J. (1977). *Stylistique comparée du français et de l'anglais: Méthode de traduction*. Paris: Didier.
- VIRGÍLIO (1858). *Virgílio Brasileiro ou Tradução do Poeta Latino por Manuel Odorico Mendes*. Paris: Typographia de W. Remquet.
- VIRGÍLIO (sem data). *Eneida* (tradução de Maximiano Augusto Gonçalves). Livraria Antunes Editora.
- VIZIOLI, P. (1974). *Poetas Norte-Americanos*. Editora Lidador.
- WOENSEL, M. (1994). *Carmina Burana. Canções de Beuern* (tradução de Maurice van Woensel). São Paulo: Ars Poética.

DICIONÁRIOS:

- Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum*. (sem data nem referências).
- BLUTEAU, R. (1721). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva.
- CRETELLA, J. e ULHÔA CINTRA, G. (1950). *Dicionário Latino-Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FONSECA, S. e RIBEIRO, J. (1926). *Novo Dicionário Encyclopedico Illustrado da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro e Paris: Livraria Garnier.

Obs.: A citação que consta nos agradecimentos é uma afirmação de Derrida (1978), *Éperons. Les Styles de Nietzsche*. Editora Flammarion (p.28).